



Universidade do Porto

Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física

Concepção dos Treinadores acerca da Estrutura Competitiva do Voleibol nos Escalões Infantil e Juvenil

Estudo Comparativo quanto à Formação Académica e Experiência Profissional por Nível de Prática dos Treinadores

Autora: Cristina Pessoa Dias

Porto, Dezembro de 2005



Universidade do Porto

Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física

Concepção dos Treinadores acerca da Estrutura Competitiva do Voleibol nos Escalões Infantil e Juvenil

Estudo Comparativo quanto à Formação Académica e Experiência Profissional por Nível de Prática dos Treinadores

Trabalho realizado no âmbito da disciplina de seminário, integrante no plano de estudos do 5º ano da licenciatura em Desporto e Educação Física, opção de Alto Rendimento - Voleibol

Orientadora: Professora Doutora Isabel Mesquita

Autora: Cristina Pessoa Dias

Porto, Dezembro de 2005

Dias, C. (2005). Concepção dos Treinadores acerca da Estrutura Competitiva do Voleibol nos Escalões Infantil e Juvenil. Dissertação Monográfica. Universidade do Porto. FCDEF. Porto.

PALAVRAS CHAVE: VOLEIBOL; TREINADOR;
ESCALÕES DE FORMAÇÃO; FORMAÇÃO
ACADÉMICA; EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

ÍNDICE GERAL

Índice Geral	I
Índice de Figuras	II
Índice de Quadros	III
1. Introdução	3
1.1. Justificação e Pertinência do Estudo	3
1.2. Estrutura do Estudo	5
2. Revisão da Literatura	6
2.1. Adequação das regras e materiais do jogo	6
2.2. Valência pedagógica da competição	8
2.3. Objectivos formativos e especialização funcional	15
2.4. Autonomia na competição	23
2.5. Oportunidade de competir	27
2.6. Organização do quadro competitivo	31
3. Objectivos	36
4. Metodologia	37
4.1. Caracterização da Amostra	37
4.2. Variáveis	37
4.3. Instrumento	37
4.4. Procedimentos adoptados na recolha de dados	38
4.5. Procedimentos estatísticos	39
5. Apresentação e Discussão dos Resultados	40
5.1. Descrição e comparação das concepções dos treinadores sobre a competição nos escalões infantil e juvenil, em função da sua formação académica (com e sem licenciatura)	40
5.2. Descrição e comparação das concepções dos treinadores sobre a competição nos níveis de prática infantil e juvenil, em função dos escalões que exerceram função nos últimos cinco anos	56
6. Conclusões	71
7. Referências bibliográficas	79
Anexos	I

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Dimensão I - Adequação das regras e materiais do jogo por escalão e treinadores com e sem licenciatura	41
Figura 2: Dimensão II - Valência pedagógica da competição por escalão e treinadores com e sem licenciatura	43
Figura 3: Dimensão III - Objectivos formativos e especialização funcional por escalão e treinadores com e sem licenciatura	46
Figura 4: Dimensão IV - Autonomia na competição por escalão e treinadores com e sem licenciatura	48
Figura 5: Dimensão V - Oportunidade de competir por escalão e treinadores com e sem licenciatura	52
Figura 6: Dimensão IV - Organização do quadro competitivo	54
Figura 7: Dimensão I - Adequação das regras e materiais do jogo por nível de prática infantil e juvenil e escalões que treinam	56
Figura 8: Dimensão II - Valência pedagógica da competição por nível de prática infantil e juvenil e escalões que treinam	59
Figura 9: Dimensão III - Objectivos formativos e especialização funcional por nível de prática infantil e juvenil e escalões que treinam	62
Figura 10: Dimensão IV - Autonomia na competição por nível de prática infantil e juvenil e escalões que treinam	64
Figura 11: Dimensão V - Oportunidade de competir por nível de prática infantil e juvenil e escalões que treinam	66
Figura 12: Dimensão VI – Organização do quadro competitivo por nível de prática infantil e juvenil e escalões que treinam	68

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1: Dimensão I - Adequação das regras e materiais do jogo em relação a treinadores com e sem licenciatura estratificada por escalão	42
Quadro 2: Dimensão II - Valência pedagógica da competição em relação a treinadores com e sem licenciatura estratificada por escalão	45
Quadro 3: Dimensão III - Objectivos formativos e especialização funcional em relação a treinadores com e sem licenciatura estratificada por escalão	47
Quadro 4: Dimensão IV - Autonomia na competição em relação a treinadores com e sem licenciatura estratificada por escalão	50
Quadro 5: Dimensão V - Oportunidade de competir em relação a treinadores com e sem licenciatura estratificada por escalão	53
Quadro 6: Dimensão VI - Organização do quadro competitivo em relação a treinadores com e sem licenciatura estratificada por escalão	55
Quadro 7: Dimensão I - Adequação das regras e materiais do jogo por nível de prática infantil e juvenil e escalões que treinam	58
Quadro 8: Dimensão II - Valência pedagógica da competição por nível de prática infantil e juvenil e escalões que treinam	60
Quadro 9: Dimensão III - Objectivos formativos e especialização funcional por nível de prática infantil e juvenil e escalões que treinam	63
Quadro 10: Dimensão IV - Autonomia na competição por nível de prática infantil e juvenil e escalões que treinam	65
Quadro 11: Dimensão V - Oportunidade de competir por nível de prática infantil e juvenil e escalões que treinam	67
Quadro 12: Dimensão VI - Organização do quadro competitivo por nível de prática infantil e juvenil e escalões que treinam	70

1. INTRODUÇÃO

1.1 Justificação e Pertinência do Estudo

O desporto enquanto fenómeno social constitui-se como uma necessidade do Homem e reflecte valores, atitudes e opiniões da sociedade em que é praticado (Marques, 1997). Acreditamos que a prática desportiva e a competição que lhe é inerente podem constituir-se como um meio de formação e desenvolvimento, por excelência, de crianças e jovens (Mesquita, 2004).

A competição enquanto essência do desporto, significado de treino intenso, esforço, atitude permanente de superação, desejo de afirmação, perseguição permanente do melhor resultado (Gonçalves, 1999), não deve ser retirada do desporto infanto-juvenil, sob a pena de se falsear todo o significado pedagógico e formativo de que o mesmo se deve revestir.

No entanto, para que a competição seja realmente um elemento decisivo na formação dos mais jovens, impõe-se que esta seja organizada de acordo com as necessidades, motivações e interesses das crianças e jovens atletas preparando-os para a participação em competições de nível superior de exigência (Marques, 2004).

Fundamentalmente, entende-se que a competição deve dar resposta a uma formação desportiva plural, substantiva e gratificante, em referência aos propósitos e contextos dos diferentes níveis de prática. Formar um jovem *desportivamente competente* (domínio das habilidades específicas das modalidades praticadas), *desportivamente culto* (promover a literacia desportiva pelo conhecimento dos rituais e tradições, privilégio das modalidades desportivas) e *desportivamente entusiasta* (desenvolver o gosto pela prática desportiva, concorrente de um estilo de vida activo) constituem vectores de educação desportiva, a promover no âmbito do desporto de crianças e jovens (Siedentop, 1990).

É consensualmente aceite que as crianças apresentam características que as distinguem dos adultos e que, portanto, não podem ser tratadas como simples “miniaturas” dos mesmos (Weinberg *et al.*, 2000). Assim, também no que

respeita às competições infanto-juvenis, urge a necessidade de se assumirem objectivos distintos dos que regem o desporto de alto nível (Marques, 2004). No entanto, segundo este autor (2004), a estrutura organizativa que enquadra a participação de crianças e adolescentes em quadros competitivos é, ainda, muito tradicional. No fundo, continua a perspectivar-se uma prática desportiva infanto-juvenil orientada em função dos modelos seguidos na preparação desportiva dos adultos, na qual são esquecidas as etapas de desenvolvimento das crianças e jovens, bem como as suas motivações, necessidades e objectivos de participação.

É pertinente e indispensável analisar as concepções dos treinadores acerca da estrutura competitiva nos escalões de formação infantil e juvenil (considera-se que o desporto infantil engloba idades até aos 14 anos e o desporto juvenil a partir dos 15 anos) dos jogos desportivos colectivos, de forma a proporcionar aos mais jovens, experiências ajustadas aos propósitos educativos e formativos das práticas desportivas.

A participação de crianças e jovens em competições constitui tema que tem sido alvo de considerável polémica, nomeadamente nos programas e regulamentos de competição adoptados, bem como nos propósitos que as sustentam. É neste contexto que surgem os problemas centrais do nosso estudo: Será que as regras e materiais do jogo estão adequados aos escalões de formação? Será que a forma como a competição está organizada contribui para uma vinculação duradoura e para o desenvolvimento de competências dos praticantes? Será que os objectivos de formação e de competição devem estar relacionados e será que se deve atender à especialização funcional? Será que se deve atribuir uma maior autonomia e liberdade de decisão aos jogadores? Será que é importante que todos os jogadores tenham oportunidade de competir? Será que as competições nos escalões de formação se devem realizar nos fins-de-semana de uma forma concentrada ou ao longo da época e será que se devem reger pelo desporto federado? Será que os treinadores distinguem as suas concepções de acordo com a sua formação académica e experiência profissional por nível de prática?

A pertinência deste estudo encontra justificação no facto dos jogos desportivos ocuparem um papel relevante no desporto de competição, nas diferentes vertentes. A escolha do Voleibol prende-se com o facto de esta ser uma das modalidades colectivas com maior relevo na prática desportiva federada, no panorama dos jogos colectivos, a nível nacional e internacional.

1.2 Estrutura do Estudo

O estudo encontra-se organizado em sete capítulos. O primeiro capítulo destina-se à justificação e pertinência do estudo. O segundo capítulo dirige-se à revisão da literatura e percorrerá a análise das seis dimensões do questionário das concepções dos treinadores sobre a competição dos escalões infantil e juvenil. No terceiro capítulo são apresentados os objectivos que norteiam todo o estudo. A caracterização da amostra, as variáveis, o instrumento, os procedimentos adoptados na recolha dos dados e os procedimentos estatísticos constituem o quarto capítulo. O quinto capítulo inclui a apresentação e discussão dos resultados obtidos no estudo. No sexto capítulo são expostas as principais conclusões do nosso estudo. O sétimo capítulo inclui as referências bibliográficas.

2. REVISÃO DA LITERATURA

2.1. Adequação das regras e materiais do jogo

Segundo Marques e Oliveira (2002), as alterações a introduzir na organização, estrutura, conteúdos e critérios de avaliação das competições têm objectivos muito claros: torná-las mais compatíveis com as possibilidades e interesses de crianças e adolescentes. Para estes é urgente promover actividades físicas e desportivas mais atraentes, interessantes e compatíveis com as capacidades das crianças e jovens, de forma, a cativá-los mais para o desporto e diminuir as taxas de abandono.

As alterações nas competições são justificadas pela necessidade de criar situações facilitadoras que possibilitem aos mais jovens uma participação compensatória, ao nível das capacidades e qualidades de que dispõem.

As modificações das competições podem, e devem, ser feitas a três níveis distintos: na estrutura, nos conteúdos e no seu enquadramento. No entanto, persiste uma grande resistência à alteração de algumas condições de participação competitiva dos mais jovens. Isso, deve-se, ao facto, de os técnicos acreditarem que a competição modificada não confere a experiência que os atletas precisam na altura do recrutamento para as equipas de elite, e, por isso, limitam-se às alterações mais óbvias, como sejam a redução da área de jogo (Haywood, 1986).

No Voleibol, alguns ajustamentos foram implementados nos últimos anos. No entanto, segundo a convicção da Associação Nacional de Treinadores de Voleibol (2000), são meramente cosméticos, pois procuram apenas responder a questões de quantidade de praticantes, mantendo, na essência, o mesmo conteúdo e enquadramento da competição adulta. As reformas mais profundas, esbarram, invariavelmente, com argumentos economicistas por parte das entidades federativas, para uma vez mais ficarem adiadas.

A este propósito, Mesquita (1999, pp. 17) sublinha que “não basta colocar menos jogadores no terreno, diminuir as dimensões do espaço de jogo, descer

a rede e utilizar uma bola mais leve, para que sejam criadas as condições favoráveis para a aprendizagem”. Será necessário ir mais longe e modificar o próprio conteúdo das competições (Weineck, 1983; ThieB, 1991, 1995; Rost, 1995; Tschiene, 1995; Marques, 1997; Bompa, 2000; Lima, 2000).

Os treinadores podem utilizar um elevado número de meios para alterar as características de um desporto, de forma a preparar a participação de crianças e jovens nas actividades desportivas, com divertimento. (Lee e Smith, 1993)

Estes autores (1993) sugerem adaptar a dimensão das áreas de jogo, de acordo com o tamanho físico dos jogadores. Por exemplo, campos mais pequenos tem sido a norma no futebol júnior e a introdução do mini-ténis tem agradado muitas crianças, permitindo também a aprendizagem de técnicas de jogo mais sofisticadas. Salientam-se também as mudanças no tamanho do equipamento desportivo, como necessário no desporto das crianças e jovens.

As regras podem ser mudadas para que as crianças aprendam e gostem mais do jogo. Regras especiais que encorajam as crianças a jogarem e a divertir-se, o qual não seria possível sob condições de jogo formal.

A mudança das regras de jogo permite criar condições para o envolvimento das crianças e jovens no desporto. Por exemplo, McPherson e Brown (1982) referem que uma solução satisfatória para o stresse do desporto jovem tem sido a introdução da estrutura ou mudança das regras que maximiza o desenvolvimento das técnicas, promove a segurança, e aumenta o divertimento, mantendo as crianças envolvidas no desporto jovem (Weiss&Gould, 1986). Essas mudanças incluem:

- 1) preparar as competições não estruturadas, onde não existe o objectivo de obtenção de recordes e não existem play-offs;
- 2) organizar programas de instrução, com jogos de organização mínima;
- 3) diminuir o número de jogadores numa equipa, com a existência de mais equipas;
- 4) reduzir o tamanho do equipamento e da área de jogo;
- 5) não permitir o contacto corporal em alguns desportos como o hóquei e o futebol;
- 6) jogar jogos cooperativos em vez de jogos competitivos;

- 7) eliminar as competições al-star e viagens das equipas competitivas;
- 8) eliminar, por exemplo, a regra de fora de jogo no futebol e no hóquei, cuja regra é complexa para os iniciantes.

2.2 Valência pedagógica da competição

É indeclinável a ligação entre o desporto e a competição, pois descurar a competição é passar uma certidão de óbito ao desporto. De acordo com Sheryle (1998) sem competição o desporto não poderia ser aquilo que é. Marques e Oliveira (2002) vão mais longe ao referir que sem competição não há desporto. Todavia o modelo de competição prevalecente no desporto infanto-juvenil tem assentado no critério de sucesso como elemento balizador da prestação competitiva. A ênfase colocada no resultado competitivo distorce muitas das vezes os seus propósitos, em referência ao processo de treino, e coloca a obrigatoriedade e a obsessão em vencer, como a primeira e principal razão da sua existência. Como refere Lima (1987a) o comportamento dos agentes desportivos (dirigentes, treinadores, árbitros, etc.) que enquadram, apoiando e suportando, o desporto infantil e juvenil, no âmbito das competições, reflecte das mais variadas formas uma grande ansiedade pelo êxito, pelo resultado positivo, que só desaparece com a “satisfação da vitória”. Quase tudo está orientado para satisfazer as aspirações dos adultos e não para satisfazer as necessidades e interesses dos jovens e crianças.

Desta forma, um dos principais factores que o treinador deve controlar é o efeito da competição sobre o jovem, devendo desenvolver estratégias de actuação que enfatizem o sentido de participar e não a obrigatoriedade de vencer (Lee, 1999; Marques e Oliveira, 2002). O treinador deve, portanto, adoptar estratégias de actuação que promovam o gosto pela prática, evidenciado na alegria e prazer que os jovens demostram no simples facto de estarem a competir.

Com já foi referido, a aprendizagem não deve ser norteadada por imperativos de rendimento imediato, pois pode-se comprometer toda a evolução futura dos

jovens praticantes. Isso não significa que se deva desprezar a competição. O treinador deve é entender a competição como fazendo parte do processo de formação desportiva, ao constituir um meio preferencial de aprendizagem do próprio jogo e o jovem deve entendê-la como um espaço em que deve dar o seu melhor, participando activamente (Mesquita, 2002).

Segundo estes autores, a forma como a competição é conduzida, influencia a forma como o jovem vai estar no desporto, em particular, e na vida em geral. A competição ao permitir a afirmação pessoal, tem um “peso” decisivo na forma como o jovem a edifica e, portanto, quando o treinador privilegia a auto-superação e a auto-afirmação está a criar condições favoráveis para a aquisição de valores éticos importantes na formação integral do jovem. Para além disso, o treinador deve conferir à vitória um cunho pedagógico e de recompensa do trabalho desenvolvido nos treinos e à derrota, o reflexo de que algo precisa de ser aperfeiçoado, sendo fundamental o jovem assumir os erros. Para Lima (1987a) a competição para as crianças e jovens, é vista, como um acto de afirmação de competência, de capacidade, e não como um acto de afirmação de superioridade sobre os outros, tal como acontece no desporto que é feito pelos adultos. Essa afirmação da competência é um acto de comunicação e de identificação com as outras crianças, isto é, uma prova de admissão no convívio e no grupo infantil.

De acordo com Lee e Smith (1993) o desenvolvimento de uma estrutura competitiva deve maximizar o divertimento para a participação das crianças, proporcionando ao mesmo tempo que diferentes crianças se possam envolver em diferentes aspectos do desporto.

É extremamente importante que a prática desportiva proporcione aos jovens o desenvolvimento da sua personalidade, socialização e ocupação dos tempos livres (Lima, 1987b), divertimento, melhoria das técnicas, pertença a um grupo, sucesso, reconhecimento e excitação (Whitehead, 1993).

Sendo assim, não chega criar um jogo que assente em princípios didáctico-metodológicos correctos, se o envolvimento, no qual, decorre a competição não fomentar a aquisição de comportamentos adequados, da formação da personalidade do jovem. Estes comportamentos baseiam-se em princípios do

“saber ser “ e do “saber estar”. De acordo com o modelo de Educação Desportiva proposto por Siedentop (1987) a competição é o contexto por excelência para o desenvolvimento das aprendizagens e para a aquisição dos valores do “saber ser” e do “saber estar”.

Assim, a formação desportiva deve ser um processo pedagógico que contribua para a formação das crianças e jovens e promova o desenvolvimento da personalidade (Lima, 1988). Martens (1978) reforça esta ideia ao considerar que o envolvimento no desporto contribui positivamente para o desenvolvimento da personalidade e transporta o valor da nossa sociedade através do ensino do como competir e cooperar às crianças. Desta forma, um dos meios para a obtenção de um desenvolvimento harmonioso pode ser a participação das crianças e jovens em actividades desportivas.

Da mesma forma, Berryman (1982) sustenta que o desporto é a única actividade capaz de providenciar todas as condições necessárias para um crescimento e desenvolvimento com sucesso.

Existe, portanto, consenso entre os investigadores na aceitação de que a prática desportiva competitiva pode proporcionar boas oportunidades para a socialização das crianças e dos jovens, todavia, os aspectos positivos dessa socialização estão intimamente dependentes da qualidade das situações que são criadas na prática desportiva (Gonçalves, 1991). Tanto as competições como a preparação dos mais jovens devem, mais do que o resultado, valorizar a actividade, a participação e a aprendizagem, ao mesmo tempo que promovem a formação geral e multilateral, a estruturação dos pressupostos coordenativos e orgânico-musculares da prestação desportiva e a diversificação e aumento das oportunidades de sucesso.

A competição constitui um elemento que pode assegurar as acções que contribuem para o desenvolvimento da motricidade e da preparação física dos jovens (Mitra e Mogos, 1990) e, segundo Scanlan (1984), ela existe onde a habilidade atlética da criança é testada, examinada e avaliada.

Para as crianças o desporto de competição é particularmente importante porque é no campo que elas podem auto-superar as suas habilidades motoras e atléticas (Scanlan, 1982). Marques (1993) salienta que no desporto de

crianças e jovens as competições são importantes e devem ajudá-las a prepararem-se para o desporto de alto nível. Este mesmo autor (1991) defende também a importância pedagógica e social do desporto da criança, considerando que para isso, os jovens devam ter acesso a uma preparação desportiva cada vez mais cedo.

Hale (1971) após a revisão de mais de quarenta e dois estudos acerca do efeito da competição nas crianças, acentua que não existe evidência que a competição seja nociva para a criança.

Existem autores que defendem que o desporto competitivo de alto nível é favorável para as crianças e jovens e outros que defendem, precisamente, o contrário.

Grupe (1987) considera que o desporto de alto nível não permite às crianças serem crianças, viola o direito de terem uma infância e uma adolescência, põe em perigo o seu futuro, abandona-as a uma situação própria do mundo dos adultos e submete-as também ao stresse do treino de alto nível de rendimento. No entanto, este autor é de opinião favorável acerca do desporto competitivo de alto nível para a criança, salientando a necessidade de serem impostas algumas restrições para regular a organização infantil do desporto de alto nível. O mesmo autor salienta que o desporto infantil de alto nível deve realizar-se para bem da criança, e a prática infantil de alto nível está justificada do ponto de vista educativo se se organizar de forma adaptada à criança. No âmbito dos pressupostos já enunciados, constatamos que o envolvimento desportivo tem obrigatoriamente de se adequar aos interesses, capacidades e prioridades das crianças (Gomes, 1993). Neto (1994) reforça esta ideia, ao considerar que o desporto competitivo pode apresentar um efeito positivo se para tal adaptar as actividades desportivas às necessidades da criança.

Na mesma perspectiva, Lima (1987a) afirma que o desporto de alto nível não está em relação directa com a criança, mas é algo com o qual a criança se familiariza através do adulto. Por este motivo, as crianças são, por vezes, forçadas a trabalhar segundo as condições dos adultos e a participar em competições organizadas, de acordo com as regras concebidas pelos adultos.

Portanto, o desporto para as crianças e jovens não deve ser orientado no sentido de fazer campeões, cujo objectivo revela ser o das competições organizadas pelo desporto dos adultos. Uma tal perspectiva força as crianças a uma submissão às regras dos adultos – aprendizagem acelerada, preparação a curto prazo, selecção dos melhores, treinos intensos, etc. – criando uma prática desportiva que nada contribui para desenvolver a personalidade infantil. Desta forma, devemos colocar em primeiro lugar a criança e as suas necessidades evolutivas e não as condições para o resultado desportivo.

Segundo Gilroy (1993) ocorre um problema quando o desporto para as crianças segue os modelos dos adultos. As crianças não são suficientemente maduras (física, social ou mentalmente) para corresponder ao stresse associado ao modelo competitivo. Por outro lado, a presença dos adultos na organização do desporto para as crianças, coloca, por vezes, ambições próprias dos adultos nas crianças.

Assim consideramos que a selectividade deve existir na fase terminal do processo de formação, nas competições federadas, mas nunca nas competições jovens, isto é, não pode atingir os praticantes até aos quinze ou dezasseis anos para a maioria das modalidades (Lima, 1981).

As competições desportivas para jovens devem estar em harmonia com as diferentes fases evolutivas de preparação desportiva. Assim, durante as etapas do processo de preparação a longo prazo, é necessário harmonizar as tarefas de rendimento com as exigências do processo de crescimento e desenvolvimento das crianças e jovens (Marques, 1993).

Desta forma, segundo este mesmo autor (1991) a preparação desportiva, o treino e a competição dos jovens, devem ser substancialmente diferentes das dos adultos.

Constatamos então que a competição se apresenta como benéfica para a criança e jovem, desde que a sua organização e desenvolvimento esteja de acordo com as particularidades dos mesmos.

Neste sentido, não ajustar o sistema de competições à idade e ao nível de desenvolvimento dos atletas significa ignorar as repercussões que isso pode

ter sobre o desenvolvimento e o equilíbrio dos jovens, bem como as implicações na sua preparação para o alto rendimento.

Assim, a natureza das competições para os jovens deve seguir princípios diferenciados dos existentes para a competição dos adultos.

Desta forma pensamos, que a preparação dos jovens deve ser encarada num âmbito plurianual e sem preocupações de resultados imediatos (Araújo, 1994).

No desporto infantil deve ser valorizada a satisfação das necessidades da criança, a afirmação de competência e de capacidade e as competições organizadas à medida da sua personalidade em desenvolvimento (Lima, 1987a).

Assim, os quadros de actividade e quadros competitivos correspondentes às etapas de formação desportiva deverão ter uma organização adequada às capacidades dos praticantes (Lima, 1981).

A organização do desporto competitivo para as crianças é transportado pelos adultos e deve procurar utilizar os meios e métodos adequados às características próprias das crianças e jovens envolvidos. Como afirma Martens (1978), os programas de desporto para as crianças não devem ser máquinas para formar vencedores e perdedores. Sendo assim, devem ser estabelecidas competições para as crianças de todos os níveis de habilidade.

Na opinião de Sobral (1994) o êxito das crianças no desporto de competição, não assenta só na capacidade atlética e na mestria motora. O modo como o atleta, essencialmente nas idades baixas, se ajusta emocionalmente às pressões competitivas determina a sua fixação à prática desportiva. Sendo assim, a competição desportiva entre os jovens não deve criar conflitos, nem reduzir o sucesso desportivo à vitória (Lima, 1988).

Como já havia sido mencionado, a competição desportiva é um excelente meio de auto-superação e de desenvolvimento de valores morais fundamentais para a vida em sociedade (Cratty, cit. por Andrade 1995). No entanto, apesar dos benefícios da competição para a criança e jovem, existem também autores que revelam a existência de consequências negativas na relação da competição com as crianças e jovens. Segundo Berkowitz (1973), a competição pode ter

aspectos frustrantes, dependendo a frustração da forma como a derrota é encarada. Esta frustração pode, por vezes, criar a preparação para a agressão. Assim, a exagerada ênfase colocada na vitória segregadora, faz com que os menos dotados tenham motivos, mais do que legítimos, para quererem abandonar a prática desportiva. A partir de um estudo realizado por Gonçalves (1999) merece particular reflexão o facto de nos jogos desportivos 80% dos jovens entrevistados preferirem pertencer a equipas onde sabem que têm possibilidades de jogar do que as outras em que, mesmo tendo estatuto de campeãs, as oportunidades de jogar são reduzidas.

A prática desportiva, em conjunto com outros aspectos da formação e desenvolvimento em diferentes vectores, pode proporcionar às crianças e jovens um estilo de vida saudável, equilibrado e enriquecedor. Assim sendo, a eleição da prática desportiva, como elemento imprescindível de um estilo de vida activo a desenvolver a longo prazo, será uma consequência natural de uma experiência de aprendizagem preenchida de significado e prazer.

A prática desportiva deve constituir, para as crianças e jovens, um complemento importante da sua actividade escolar e não a sua ocupação ou centro de interesse exclusivo ou predominante; caso contrário, corremos o risco dos atletas abandonarem o desporto prematuramente, quer por saturação, quer por serem atraídos por outros centros de interesse que durante alguns anos ignoram.

Diversas vezes as crianças abandonam o desporto porque não obtêm sucesso da forma como gostariam e não vêem nenhuma forma de mudar essa situação. De acordo com Lima (1987a) o insucesso desportivo deixa nas crianças uma marca que não se apaga e que provoca uma perda de motivação que leva ao abandono completo da prática desportiva. Distribuir prémios num torneio apenas serve para estabelecer diferenças entre as crianças. Assim, a criança menos talentosa sofre com isso porque se sente menos capaz. Um torneio assim não é uma festa, não é um convívio, não é uma comunicação infantil e não é um desporto infantil. Através do modelo de Educação Desportiva proposto por Siedentop (1987) os grupos que normalmente são marginalizados (alunos/atletas de baixo nível e raparigas) parecem retirar vantagens

significativas ao demonstrarem maior gosto pela prática desportiva e pelo desempenho das tarefas que apoiam a competição. O número de jovens que abandona o desporto tem aumentado em idades cada vez mais baixas e com menor tempo de prática desportiva. O estudo da motivação que provoca esse abandono precoce da prática desportiva indica a importância das interações estabelecidas, com relevo especial para os modelos dos quadros competitivos em que os jovens são envolvidos e para as competências e atitudes dos treinadores face às envolventes da prática desportiva (Gonçalves, 1991).

Alguns especialistas sugerem que a vivência pela criança de situações com níveis moderados de pressão competitiva poderia funcionar como uma espécie de vacina contra o stress (Gould e Eklund, 1996), aumentar a motivação da criança e estimular as suas performances (Bompa, 2000). Todavia, é a pressão psicológica exagerada que afasta muitas crianças e adolescentes do desporto, devendo ser esclarecido que nem no desporto de rendimento esse abandono prematuro serve os objectivos propostos. Daí a necessidade de adequar as exigências da competição aos interesses, às possibilidades e aos níveis de resposta emocional de crianças e adolescentes.

2.3 Objectivos formativos e especialização funcional

Em diversos países tem aumentado significativamente o número de jovens de ambos os sexos que participam em práticas desportivas competitivas organizadas, de forma regular e sistematizada (Gonçalves, 1991).

No entanto, a necessidade de distinguir claramente a prática desportiva dos jovens relativamente aos adultos repercute-se no sistema de competições. Orientar as competições no desporto juvenil à semelhança, e com os objectivos, da dos adultos, é contribuir fortemente para induzir o desenvolvimento de um quadro de preparação que se caracteriza por aprendizagens aceleradas e objectivos de obtenção de resultados a curto prazo, de progressões exageradamente rápidas na intensidade da preparação

em detrimento do volume, da repetição exaustiva das tarefas e da limitação das iniciativas individuais reduzindo o prazer da prática (Adelino *et al.*, 2000).

Este sistema de competições só contribui para impedir o aprofundamento das potencialidades, privilegiando os praticantes com um processo de desenvolvimento acelerado, comprometendo a obtenção de resultados a longo prazo.

Se se percebe a necessidade de não acelerar a especialização nas populações mais jovens, igualmente se percebe que o grau de especialização do sistema de competições terá de ser compatível com o grau de especialização do treino (Marques, 1997).

Uma distinção que importa fazer é que, para o desporto adulto de alto rendimento, a competição surge como a finalidade de todo o processo de treino. Nos mais jovens, o objectivo da competição deverá ser o mesmo do treino, ou seja, a educação e a formação dos futuros atletas (Bompa, 2000; Marques e Oliveira, 2002).

No quadro da educação e formação desportiva de crianças e jovens, o compromisso entre o processo de ensino-aprendizagem e a competição é condição prioritária para qualificar a prática desportiva. Marques e Oliveira (2002) advogam que no desporto dos mais jovens a competição deve constituir uma extensão e complemento do treino, o que significa que deve ser fundamentalmente o meio de aplicação dos conteúdos desenvolvidos no treino. Ao que Sheryle (1998) acrescenta que a modelação das regras na competição deve replicar a modelação dos conteúdos, no contexto da aula ou de treino, sendo criadas condições para que todos possam vivenciar o sucesso.

No estádio de treino de base, as competições constituem uma forma de treino e de carga altamente motivadora (Tschiene, 1995). Por isso, são uma ferramenta educativa e social nas quais as crianças devem ser encorajadas a ganhar satisfação de fazer o seu melhor e, não ser um fim em si mesmo, produzindo campeões em exigências superiores às capacidades e interesses das crianças (Bompa, 2000; Matvienko *et al.*, 2000).

Daí que nos mais jovens é mais concreto falar-se das competições e não da competição (Marques e Oliveira, 2002), na medida em que esta deve assumir

diferentes figurinos de acordo com a idade e a experiência das crianças; trata-se de adaptar o sentido da competição e a sua organização à capacidade de compreensão e de resposta da criança, desde os momentos iniciais de prática (Lee, 1999; Sheryle, 1998).

Num ponto parece existir um consenso generalizado por parte dos especialistas, se o nosso principal interesse é desenvolver atletas talentosos, então é determinante enfatizarmos o desenvolvimento de aptidões e não a vitória em programas desportivos com crianças e jovens (Tshiene, 1995; Marques, 1998; Adelino *et al.* 2000; Bompa, 2000; Mesquita, 2002). Neste sentido, são propostos para as idades mais jovens, competições com conteúdos, formas e enquadramentos diversificados que rompam com o estereótipo do jogo formal.

Assim, é indispensável desenvolver modelos de competição específicos para crianças e jovens que, enquadrados no modelo de preparação a longo prazo, permitam um trabalho de base consistente e sistemático e contribuam para contrariar os abandonos e a especialização precoce.

É importante exigir aos responsáveis pela organização dos quadros competitivos para os jovens, a implementação de estratégias que digam respeito aos interesses e personalidade das crianças, e não aos interesses e objectivos dos adultos (Gonçalves, 1989).

Segundo Gilroy (1993) as crianças devem ser introduzidas primeiro num modelo de desporto onde os aspectos sociais de participação são mais importantes que os aspectos competitivos, apesar destes também estarem presentes. O outro modelo de desporto apresentado por este autor expõe uma forma predominantemente competitiva, isto é, todas as formas de desporto têm algum elemento de competição nele.

Como já foi mencionado, as estratégias utilizadas na preparação dos mais jovens decorrem de princípios que são valorizados na formação. Trata-se então de construir competições em estreita relação com os objectivos de formação, fazendo da competição uma extensão da actividade de treino. As competições devem, então, ser modificadas em função de objectivos formativos como refere Rost (1995): 1) contribuir para o desenvolvimento da multilateralidade; 2)

estimular o desenvolvimento dos pressupostos da prestação que se afirmam como importantes na perspectiva do futuro e que são treináveis nas primeiras fases da preparação desportiva.

No que diz respeito ao desenvolvimento da multilateralidade, o conteúdo das competições deve ser diversificado, mas orientado para o desporto escolhido, tirando proveito das sinergias de transferência para o desporto a eleger no futuro. Quanto ao desenvolvimento dos pressupostos da prestação, a estratégia passa pela promoção de competições em que seja conferida grande importância ao desenvolvimento dos pressupostos coordenativos e técnico-tácticos da prestação, colocando as prioridades da formação, antes da puberdade, na dimensão informacional (cognitiva/decisional e técnico/coordenativa) e menos na dimensão condicional (bioenergética e funcional) (Martin, 1991; Martin, Carl & Lehnertz, 1993; Rost, 1995; Marques 2000).

Uma possibilidade de concretizar esta orientação, é por exemplo, a criação de competições onde é valorizada a técnica de execução, e esta determina o vencedor (Bompa, 2000).

Juntamente com a formação coordenativa e técnico-táctica, deve também ser desenvolvida a velocidade, estimulando a realização rápida e adequada das acções desportivas. Rost (1995) recomenda a adopção de modelos competitivos que condicionem o espaço de acção (mini-jogos) ou alterem a distância das provas na competição.

No entanto é preciso ir mais longe. É necessário chegar a formas de enquadramento e organização das práticas competitivas mais de acordo com o projecto pedagógico que o desporto de jovens deve ser.

Para tal é necessário valorizar, nos primeiros anos de formação, quando a especialização ainda vem longe, formas competitivas e competições em grupo ou equipa promovendo um sistema de competições menos tradicional, menos rígido, em que possam coexistir competições formais e outras mais informais; competições organizadas e outras de pequena organização; competições não especializadas e outras com elementos do desporto; competições institucionalizadas e outras sem enquadramento institucional (Marques e

Oliveira, 2002), preferindo quadros competitivos de âmbito local e regional (Matwejev, Nowikow, 1982; Kurz, 1998; Lima, 2000). Como já foi referido, Marques e Oliveira (2002, pp.74) referem que “o sistema de competições tradicional não é adequado à formação. Não serve os interesses de crianças e adolescentes nem do desporto”.

Para diminuir o insucesso sentido por muitos alunos/atletas nas abordagens analíticas tradicionais, aparece o modelo de ensino do jogo para a compreensão, o qual vive nos nossos dias uma fase de grande vitalidade e rejuvenescimento (Graça, 2001). Neste modelo, pretende-se o desenvolvimento da capacidade de jogo, sendo o ensino da técnica subordinado ao ensino da tática. As formas de jogo são integradas de forma progressiva, e a capacidade de entendimento dos problemas táticos é que suscita o interesse e a necessidade de serem aprendidas as habilidades técnicas (Turner & Martinek, 1995). Percorre 6 fases de um ciclo, sendo a 1ª fase, a apresentação de uma forma de jogo adequada à idade e ao nível de experiência dos alunos; 2ª fase, a apreciação do jogo; a 3ª fase, a consciencialização dos problemas táticos, sendo privilegiada a compreensão das táticas elementares; a 4ª fase, a contextualização da tomada de decisão; a 5ª fase, o aperfeiçoamento das habilidades técnicas e por fim, a 6ª fase, a integração de todas as fases anteriores, a busca da performance através da consolidação do jogo praticado. De seguida, abre-se um novo ciclo que desafiará o desenvolvimento de procedimentos cognitivos e técnicos mais elaborados, utilizando-se uma forma de jogo mais complexa, até se chegar ao jogo formal. No entanto, se este não for alcançado não diminui a importância das aprendizagens conquistadas pelos alunos. O modelo desenvolvimentalista apresentado por Rink (1993) ao expor um cunho iminente didático quando aplicado de forma associada ao modelo de ensino do jogo para a compreensão, poderá auxiliar o professor/treinador no esclarecimento da apropriação das tarefas à capacidade de interpretação e de resposta do aluno/atleta. Neste modelo ressalta a preocupação de sequenciar as situações de aprendizagem numa hierarquia de complexidade crescente. No entanto,

esta hierarquia não é rígida, ajustando-se à capacidade de interpretação e resolução dos problemas dos alunos/atletas.

Como já foi referido anteriormente, é necessário desenvolver modelos de competição adaptados às características e necessidades das crianças e dos jovens, de forma a contrariar o abandono da prática desportiva e a especialização precoce.

A especialização precoce no desporto de rendimento pode entender-se como uma das manifestações da tendência geral para a especialização em todos os ramos da actividade do Homem (Wachowski, 1978).

A valorização política e social do desporto de alto rendimento teve como consequência a preocupação de encontrar mais cedo, jovens com talento para a alta competição e de os preparar convenientemente.

Os conhecimentos científicos actuais sobre a optimização dos pressupostos do rendimento e sobre o desenvolvimento do indivíduo nas fases evolutivas mostram claramente que nada justifica uma especialização precoce.

O treino, ou mais correctamente, a preparação desportiva inicia-se hoje em idades muito baixas independentemente da natureza ou características da especialidade desportiva.

Os indicadores sobre o início da preparação desportiva especializada, em determinado desporto ou disciplina desportiva, e o consequente início da participação em competições nessa disciplina, decorrem da análise conjugada de factores como: o desenvolvimento físico e psicológico do indivíduo nas fases evolutivas; a idade em que os atletas de alto nível iniciaram a preparação especializada e a reacção do organismo da criança às cargas especializadas.

No entanto, começar cedo a preparação desportiva não significa começar precocemente. Pelo contrário a preocupação generalizada de, em todos os desportos e especialidades desportivas, fazer o início da preparação cada vez mais cedo revela-se positiva.

Uma preparação iniciada nos primeiros níveis de escolaridade em articulação com a escola, enquadrada pelos melhores professores de desporto ou técnicos desportivos, e tendo como referência a saúde física e mental da criança, o respeito pela sua individualidade biológica, a observância das particularidades

de cada especialidade desportiva, é um pressuposto fundamental não apenas para o desenvolvimento harmonioso da criança mas também para a criação de condições para a optimização do rendimento.

A especialização precoce tem resultado de preocupações de responsáveis pela preparação desportiva das crianças e jovens talentos, no sentido de potenciar a sua formação desportiva especializada e, com isso, obter resultados num determinado desporto ou especialidade desportiva de uma forma rápida. A especialização precoce permite uma rápida obtenção de resultados, mas limita a sua evolução posterior (Matvéiev, 1983).

Esta especialização e os graves prejuízos dela resultantes para a criança, têm resultado de uma falta de entendimento correcto do que é o desporto e do sentido equilibrado de um percurso de formação desde escalões jovens até ao alto rendimento.

Alguns argumentos têm sido utilizados para defender um abaixamento da idade de início da preparação especializada. Um dos principais tem sido o *fenómeno de aceleração* (Ulatowski, 1975; Demeter, 1981), que se traduz pelo alargamento dos períodos biológicos activos e pelo alcançar de valores morfológicos e funcionais elevados com o final do desenvolvimento.

O contributo científico também influenciou quer positiva quer negativamente o abaixamento da idade de início da especialização. Por um lado a vontade de conhecer o organismo juvenil terá levado a forçar a entrada em estádios de preparação avançados de crianças ainda não suficientemente maduras para isso, com os riscos daí decorrentes, mesmo que controlados. Por outro lado o desenvolvimento científico, dando indicações sobre a necessidade de um início de preparação mais cedo em alguns desportos, terá contribuído para que processos semelhantes (Hahn, 1982) possam ter ocorrido em disciplinas nas quais os aspectos que determinam o rendimento dependem de processos de maturação mais tardios.

No entanto, também teve aspectos positivos, na medida em que o desenvolvimento de programas de investigação em jovens desportistas levou ao aparecimento de novos conhecimentos, que permitiram avaliar melhor a

capacidade de adaptação do organismo juvenil aos esforços próprios do desporto de rendimento.

Um último aspecto que terá favorecido uma especialização precoce terá sido a adopção de um sistema de competições no desporto infantil à margem das formas de competição do desporto de alto rendimento.

São inúmeras as consequências de uma especialização precoce. Os jovens atletas submetidos a este processo não atingem nas etapas posteriores e sobretudo na etapa das elevadas prestações desportivas, os rendimentos prognosticados; o tempo de actividade desportiva de alto nível é mais reduzido e muitos não chegam a essas fases porque esgotam prematuramente a sua capacidade de prestação, abandonando o treino e acabando a carreira desportiva mais cedo.

Assim, as consequências deste processo e dos pressupostos que lhe estão associados, estão hoje a ser estudados em alguns países e as conclusões têm sido unânimes: só uma percentagem muito reduzida de campeões em idades jovens chega à idade dos elevados rendimentos (Bulgakovova, cit. por Merhautova, Velensky, 1982; Nadori, 1987; Platonov, 1988).

Um processo especializado furta a criança aos contactos com os companheiros, impedindo que este estabeleça de uma forma sistemática relações interindividuais através desse meio privilegiado de expressão e comunicação que é o jogo. As exigências excessivas de carácter especializado repercutem-se por desenvolvimentos corporais e motores desajustados e têm reflexos a nível do aparelho de suporte e locomotor. No entanto, se o treino estiver adaptado ao desenvolvimento físico e psíquico das crianças não há razão para receios. O mesmo acontece com as competições, as quais têm que estar dimensionadas às capacidades e desenvolvimento do jovem. As pressões inadequadas para o sucesso, a sobrevalorização das competições terão forçosamente repercussões negativas em crianças e jovens com uma deficiente estabilidade psicológica.

Assim, há que encontrar os melhores treinadores para a preparação dos jovens e propor modelos de preparação referenciados a outros princípios, que não os do desporto de alto rendimento. Há que garantir que os jovens que possuem

um talento especial para a prática de um desporto, possam ter uma preparação desportiva que não só não iniba o desenvolvimento multilateral da personalidade, mas mais do que isso lhe permita desenvolver o talento que manifesta. A preparação da criança e do jovem tem que ter em conta que o processo de maturação é um processo individualizado, com diferenças inter-sexuais e interindividuais significativas, o que condiciona de forma decisiva o processo de preparação desportiva.

Quando se aceita como defensável que os jovens devem ter acesso a uma preparação desportiva cada vez mais cedo procura defender-se a importância pedagógica e social do desporto da criança e não que a especialização desportiva deverá ser feita em idades cada vez mais baixas, isto é, precocemente.

2.4 Autonomia na competição

No âmbito da formação desportiva o treinador ocupa uma posição central, sendo um modelo para as crianças e os jovens, desempenhando um papel preponderante no desenvolvimento e comportamento dos mesmos.

A preocupação central do treinador deverá ser a de conhecer pormenorizadamente as características, capacidades e particularidades dos atletas, visto estes serem o eixo fulcral do processo de treino. Deste modo, o treinador nunca poderá esquecer que nos mais jovens, o objectivo da competição deverá ser o mesmo do treino, ou seja, promover a sua educação e formação. Sendo assim, a competição só será benéfica para as crianças e jovens se a sua organização e desenvolvimento estiver de acordo com as particularidades dos mesmos.

Neste contexto, um bom treinador tem de ser um bom professor. Assim, o treinador tem que compreender com profundidade todas as características dos seus atletas, as suas capacidades e habilidades, as suas ambições e desejos, para desta forma, adaptar a sua intervenção e proporcionar um melhor desenvolvimento dos mesmos. Para Lima (1987a) fazer desporto é para as

crianças e jovens uma actividade séria que deve ser compreendida pelos adultos (dirigentes, treinadores, árbitros, etc.) como uma atitude de empenho total que só pode ser correspondida com uma entrega séria dos mesmos que vise favorecer e promover o seu desenvolvimento integral.

Neste quadro de referência, Rink (2001) aponta o envolvimento de aprendizagem, no qual, salienta as características do aluno/atleta e a adequação do conteúdo de aprendizagem, como elementos preponderantes na validade e pertinência dos modelos de abordagem seleccionados pelo professor/treinador para o ensino do jogo. A autora enfatiza a necessidade do professor/treinador considerar o aluno/atleta, enquanto sujeito individual, com uma história vivida, e com necessidades particulares que interessa equacionar antes de serem tomadas decisões acerca do processo de instrução.

Torna-se portanto necessário saber se o aluno/atleta está empenhado no que está a fazer e se a actividade possui significância, do ponto de vista dos resultados, dos conteúdos, metodologias e meios aplicados (Graça, 2001; Siedentop, 1994).

Nos dias de hoje, o professor/treinador deve descentrar-se de si próprio para se situar no aluno/atleta, procurando interpretar a sua actividade cognitiva e motora, para criar uma melhor atmosfera de aprendizagem (Rink, 2001).

Como refere Siedentop (1994), deve-se recentrar a investigação educacional e a reforma educativa na actividade dos alunos, pois desta forma, reconfigura-se as competências de eficácia de ensino numa relação contextualmente diferente com o trabalho dos alunos, aos quais é atribuído o desenvolvimento das experiências de aprendizagem, não se retirando importância às mesmas.

Sendo assim, parece assumir maior pertinência no caso dos jogos desportivos, uma abordagem construtivista que considere a dimensão pessoal do conhecimento, enquanto construção individual do sujeito, e a dimensão objectiva, enquanto realidade externa e independente da actividade cognitiva do sujeito. (Godbout, 2002; Gréhaigne & Godbout, 1995; Gréhaigne, Godbout & Bouthier, 1999).

No caso dos jogos desportivos, devido à natureza complexa das relações (cooperação e oposição simultânea), as tarefas devem constituir espaços de

resolução de problemas, situando-se o problema central na interpretação dos cenários correntes do jogo (Anderson, 1989; Temprado, 1997).

Se o professor/treinador criar envolvimento de aprendizagem que promovam e incrementem a motivação para a aprendizagem e que estejam apropriados ao conteúdo e às capacidades cognitivas e motoras dos alunos/atletas, está a incrementar, indirectamente, a própria aprendizagem. De acordo com Corbin (2002) e Siedentop (1996), os níveis de motivação das crianças para as aprendizagens e a possibilidade de desenvolver o gosto por uma vida activa que passe pela prática desportiva, podem ser incrementadas quando as componentes afectivas e sociais são acauteladas. Siedentop (1987) refere no modelo de Educação Desportiva a necessidade de conferir um cunho afectivo e social às aprendizagens, tendo como propósito estabelecer um ambiente propiciador de uma experiência desportiva autêntica. Este modelo, ao conferir ao aluno/atleta iniciativa e valorização do seu desempenho, através da prática, independentemente do seu nível de habilidade, permite que se criem os pressupostos para que o aluno/atleta se sinta confiante, reflectindo-ser isto no gosto pela prática.

Todavia, como refere Gonçalves (2003), as mutações sociais têm vindo a afectar a forma como os treinadores encaram o desporto. Ou seja, para os treinadores, o desporto trata-se de uma actividade associada a valores muito fortes, a nível psicológico e moral, contribuindo para a aquisição de atitudes e comportamentos, tais como: ser disciplinado, cumprir horários, respeitar e seguir as instruções do treinador, ter espírito de grupo, integrar os objectivos pessoais nos objectivos colectivos, etc. No entanto, estes valores têm vindo a ser postos em causa pelas atitudes e vivências que os treinadores têm com os jovens praticantes e com as respectivas famílias.

Podemos então questionar se esses valores e características fazem parte das condições de entrada ou se são formadas nos atletas pela prática do desporto. Qualquer destas duas hipóteses são admissíveis, pois pode ser o trabalho e a intervenção do treinador que cultive tais valores, ou então tais valores, atitudes e comportamentos podem fazer parte da personalidade dos praticantes, surgindo a actividade como oportunidade de as demonstrar.

Temos vindo a constatar que o desporto serve como um organizador de personalidade, para que o jovem que chega ao desporto consiga praticá-lo de uma forma autónoma, interventiva e consciente, e que essa prática seja para ele gratificante e que os seus benefícios perdurem no tempo (Gonçalves, 2003).

Segundo este mesmo autor (2003), actualmente, os valores do espírito de equipa, da vida em colectivo, do convívio do balneário são postos em causa. Para além disso, deparamos com uma clara infantilização dos jovens, ou seja, algumas das características da infância e da adolescência perduram mais tempo, devido a mutações sociais, à insegurança e à pressão sobre o tempo e necessidade de competição pela vida. Isto faz com que os jovens precisem de um enorme apoio da família para fazer seja o que for, perdurando este apoio durante muito mais tempo.

O contexto social de hoje provoca grandes consequências para a actividade do treinador como: a desvalorização do rendimento desportivo; a diminuição da qualidade média da prática; a depreciação das modalidades tradicionais, tido como demasiado formais; a erosão da autoridade do treinador e a redução do volume de treino.

Assim sendo, Gonçalves (2003) conclui, que o treinador de jovens tem de ser uma verdadeira enciclopédia de treino desportivo, dominando as matérias da sua área e mostrando-se pronto para enfrentar os desenvolvimentos sociais ou de outro tipo que surjam, organizando-se para prevenir os problemas. Lima (1987a) reforça que a formação dos dirigentes, monitores, treinadores, árbitros e outros intervenientes na organização desportiva responsável pelos jovens é necessariamente mais exigente do que aquela que se pede no desporto adulto. O desporto infantil e o juvenil só poderão contribuir para a valorização da nossa juventude e para o desenvolvimento desportivo do País se os agentes que asseguram o seu enquadramento realizarem um esforço sincero na sua própria formação, de modo, a responderem ao entusiasmo das crianças e dos jovens com a mesma seriedade que elas põem na prática desportiva.

2.5 Oportunidade de competir

A literatura referencia diferentes momentos da prontidão da criança e do jovem para a competição desportiva.

Sobral (1994) entende o estado de prontidão desportiva como uma situação de equilíbrio entre as exigências próprias do treino e da competição desportiva e as capacidades actuais de resposta da criança e do jovem a essas exigências.

Gomes (1993) considera que o conhecimento do momento em que a criança se encontra preparada para enfrentar tarefas desportivas não é fácil, atendendo a que cada criança é um caso particular.

A participação da criança numa competição desportiva pressupõe que essa criança já tenha alcançado uma maturidade cognitiva e de relação que aceite enfrentar-se com o outro.

A idade de início da participação competitiva varia de um desporto para outro e de acordo com o desenvolvimento de cada criança. As crianças e jovens iniciam a prática desportiva competitiva em diferentes idades, podendo, por vezes, essa iniciação, depender do tipo de desporto e das condições de acesso à prática desportiva. A preparação da criança para o desporto competitivo é determinada pelas características individuais de cada criança, nomeadamente o crescimento, a maturação, o desenvolvimento e a natureza do desporto.

Assim, as exigências do desporto de competição são de natureza física, motora, perceptivas, sociais, emocionais e intelectuais.

Desta forma, a competição no desporto deverá ser retardada até à maturidade social, psicológica e física ser obtida, para que a criança possa compreender o significado da competição e das relações competitivas. Assim, o estado de prontidão da criança para participar no desporto organizado depende do desenvolvimento físico e social.

Observamos na realidade idades diferentes para o início da prática competitiva em alguns países, apesar de Durand (1988) salientar que as investigações efectuadas em vários países demonstram que o começo da prática desportiva tem lugar por volta dos dez e onze anos de idade.

Para Sobral (1994) as idades estabelecidas para o início da competição constituem um bom indicador da sensibilidade das instituições e dos agentes desportivos ao problema da preparação desportiva das crianças e dos jovens. Este autor considera que se tem verificado uma descida acentuada das idades médias de início da preparação específica e da participação competitiva em muitas modalidades. No nosso país este autor (1994) refere que as idades de iniciação da competição formal não diferem significativamente das estabelecidas em outros países europeus, observando-se a mesma idade de início para os dois sexos. Considera que antes dos doze anos de idade, as estruturas e relações competitivas devem ser sistematicamente controladas e para as crianças abaixo dos oito anos de idade, a organização dos programas desportivos, devem ser exclusivamente baseados no desenvolvimento das técnicas físicas individuais. Para experiências antes desta idade a competição é geralmente irrelevante.

De acordo com Marques e Oliveira (2002), a cada momento da formação desportiva, e desde que esta se inicia, deve-se ir criando formas simplificadas de competição à altura das possibilidades da criança. No entanto, a dúvida reside na escolha do tipo de *competição*.

Muitas crianças iniciam a sua participação regular no desporto entre os 4 e os 8 anos, por gosto pela modalidade, mostrando grande entusiasmo na sua participação. Contudo, a situação muda quando os jovens se envolvem em quadros competitivos de maior nível, organizados e dirigidos pelos adultos (Matvienko *et al.*, 2000). As crianças só devem participar em competições organizadas quando estiverem preparadas e desejarem competir.

A investigação demonstra que uma elevada ênfase na competição aumenta, de forma notória, a utilização pelos treinadores de volumes e intensidades inapropriados no treino de crianças e adolescentes. Consequências adversas podem acontecer na sequência de cargas de treino e de competição excessivas, tais como atrasos na menarca e riscos aumentados de lesões de *overuse* em sistemas músculo-esqueléticos ainda imaturos (SMPC, 2000).

Para Blásquez Sánchez (1986) o processo de iniciação desportiva começa no momento em que a criança toma contacto directo com os diferentes desportos, isto é, geralmente a partir dos nove ou dez anos de idade.

Por outro lado, Mandel e Hennequet (1984) citados por Durand (1988) opõem-se ao desporto de competição antes do fim da puberdade. De igual forma, Roberts (1980) acredita que as crianças de sete ou oito anos devem ser desencorajadas a participarem em desporto organizado.

Coakley (1986) recomenda que a criança não deve envolver-se na competição antes dos oito anos de idade; entre os oito e os doze anos podem ser introduzidas algumas regras, estratégias e relações competitivas; e somente nos anos de adolescência é que os jovens deverão iniciar todas as escalas das experiências competitivas do desporto da escola ou do desporto profissional. Segundo este autor (1993) antes dos doze anos ainda não foram adquiridas as técnicas sociais e cognitivas que permita à criança a participação no desporto competitivo organizado. No entanto, isto não significa, que a criança até essa idade não participe nessas actividades, mas que as expectativas dos adultos para a performance das crianças deve ter em conta o desenvolvimento das suas capacidades.

Bompa (2000) recomenda, que crianças com menos de 8 anos não participem em competições organizadas. Que esta apenas se inicie entre os 11 e os 12 anos, uma vez que só nesta idade estão preparadas para as exigências das competições, do ponto de vista das técnicas e habilidades, da compreensão das relações sociais, de experimentar o sucesso ou o insucesso. Insucessos sistemáticos podem ter consequências psicológicas no desenvolvimento dos jovens desportistas e resultar em baixa auto-estima, depressão e níveis excessivos de ansiedade (Matvienko *et al.*, 2000).

A comissão de Performance e de Medicina Desportiva de Voleibol dos E.U.A (2000) adverte que a criança, antes dos 10 anos de idade não se encontra emocionalmente preparada para lidar com o stresse que lhe impõem as situações de competição, nas quais é colocado demasiado ênfase na vitória. Recomenda que até aos 10 anos de idade não devem ser organizadas competições a nível nacional, dado que, mesmo nos treinos que antecedem a

competição, as crianças experimentam estados de ansiedade, para os quais não estão ainda emocionalmente preparados para lidar.

A organização do desporto competitivo destinado às crianças e jovens deve proporcionar êxitos diversos à maioria desses participantes.

Para Lima (1987a) a organização do desporto para as crianças deve proporcionar muita actividade, muitos jogos, muitas competições e muitos torneios, para que o sucesso desportivo seja mais frequente, mais diversificado e criar assim, novos conceitos de êxito desportivo.

Na perspectiva do mesmo autor (1987a), na organização das competições desportivas para as crianças, deve ter-se em conta os seguintes princípios:

- 1) as condições de competição devem estar adaptadas à situação especial da criança, ao seu talento, habilidades e circunstâncias de desenvolvimento;
- 2) a competição deve ser limitada no tempo para que as crianças tenham tempo suficiente para outras ocupações;
- 3) os eventos competitivos devem ter limitação regional no sentido de que as crianças não devem tomar sempre parte no campeonato;
- 4) as competições de equipas devem ser especialmente encorajadas, e os campeonatos individuais devem ser cuidadosamente considerados.

De acordo com Bizzini (1998) e Marques (1999) quanto mais baixas são as idades das crianças, mais informais e variadas, tanto nos conteúdos como nos sistemas de provas, devem ser as competições. E isto é tanto, ou mais verdade no caso do jogo. A espontaneidade, a falta de continuidade organizativa e turbulência que caracteriza o jogo da criança opõem-se claramente ao jogo do adulto, no qual o sabor de dificuldade imposta, a competência e a afiliação são notas dominantes (Siedentop, 1996). Estas diferenças têm que ser alvo de atenção no momento da definição do sistema de competição, devendo ser este modelado, em função das características do escalão etário. Nos momentos iniciais da formação desportiva aponta-se a realização de formas competitivas múltiplas, que abracem diferentes modalidades, proporcionando o desenvolvimento simultâneo de uma motricidade geral e outra específica de cada modalidade (Bompa, 1995; Marques e Oliveira, 2002). Paralelamente, o

sistema de eliminação deve ser minimizado, dando espaço e condições a todos para competirem no decorrer das provas, independentemente dos resultados obtidos (Mesquita, 2002).

Neste contexto é importante saber que todos os que estão envolvidos na formação desportiva de crianças e jovens, ou seja, os investigadores que pensam o desporto na escola (Bento, 1999; Rink, 2001; Siedentop, 1996) e os que centram primordialmente a sua atenção no desporto no clube (Lee, 1999; Marques, 1999; Martens, 1999) são unânimes em considerar que:

- 1) a competição é crucial para a formação da criança;
- 2) a competição baliza o desporto, o que significa que deve estar presente na prática desportiva desde os momentos iniciais da mesma;
- 3) a exclusão deve ser banida, dando-se a todos oportunidades de participação equitativas. Graça (2002) reforça esta ideia ao considerar que deve existir preocupação em encontrar harmonia e equilíbrio entre a inclusão e a competição; lutando pela participação equitativa, de forma a evitar que os atletas mais fracos participem no desempenho de papeis menores;
- 4) a competição deve ser vivida em ambiente festivo, de cooperação e de partilha.

Em suma, o processo de educação e de socialização das crianças nas formas de competição adultas deve ser gradual, de modo que seja considerada simultaneamente a capacidade de realização e de predisposição para participar. Caso tal se verifique, a educação é bem sucedida e os jovens estão preparados para desenvolver uma relação estável e duradoira com a prática desportiva, alicerçada na componente lúdica da actividade desportiva.

2.6 Organização do quadro competitivo

De acordo com Adelino *et al.* (2000), as competições no desporto infantil e juvenil, para cumprirem os objectivos apontados, terão que contrariar a prática

corrente na generalidade das modalidades, assumindo características gerais. Para estes autores, os quadros competitivos não devem prolongar-se por muito tempo, sendo preferível a realização de provas mais curtas e frequentes, logo em maior número (frequência/quantidade). Lima (1987a) entende que o desporto infantil deve ser orientado e organizado de maneira a proporcionar um leque amplo de actividades diversificadas em que o jogo e a exercitação sejam realizados de forma a não prejudicar os períodos de crescimento. Segundo este mesmo autor (1987a), um programa rico em pequenas competições de curta duração, de pequena organização, de ligeiro formalismo, que podem assumir as características de jogos-treino, torneios amigáveis, etc., devem ser valorizadas. É importante proporcionar uma prática desportiva organizada de modo a permitir a participação frequente dos jovens em torneios e jogos que não tenham relação com campeonatos a duas voltas em casa e jogos fora!

Outra característica apontada diz respeito à variedade dos quadros competitivos no seu tipo e natureza, de forma a contribuir para a preparação geral e multilateral e a diversificar e ampliar as oportunidades de sucesso (variedade). Lima (1987a) é da mesma opinião, ao referir que a organização do desporto para as crianças deverá proporcionar muita actividade, muitos jogos, competições e torneios, de modo a que as oportunidades de ter sucesso desportivo sejam frequentes e diversificadas e que a preocupação de criar novos conceitos de êxito desportivo seja uma constante.

Os quadros competitivos devem ser distribuídos por toda a época mas de forma a permitir algumas pausas destinadas a um reforço da aprendizagem (alternância de períodos de aprendizagem/competição). O importante é que a competição seja utilizada em todo o período do ano, só por razões metodológicas ou como meio de treino.

Para Adelino *et al.* (2000) os quadros competitivos devem sobrevalorizar as competições locais e regionais, não sendo aconselhável a realização de competições nacionais nas idades mais baixas do intervalo entre os 10 e os 16 anos (distribuição/amplitude geográfica). Segundo Lima (1987a), o qual segue esta mesma linha orientadora, a prática desportiva aberta aos jovens dos 10 aos 15 anos está orientada no sentido de conduzi-los a uma participação em

competições que, na maioria das modalidades, estão organizadas numa dimensão nacional que compreende uma fase local de qualificação (destinada a apurar os três primeiros classificados); uma fase zonal de qualificação (visa apenas o primeiro e segundo classificado); uma fase regional (com idênticas finalidades) e uma fase final (reúne dois, quatro ou seis dos participantes iniciais). No entanto, este autor (1987a) considera que este esquema organizativo promove a eliminação sucessiva dos participantes não qualificados e constitui um factor que leva ao insucesso desportivo, visto que quem não se classifica, “falha” nos objectivos de reconhecimento, perde motivação e tende a abandonar a prática regular da sua modalidade. Este esquema pretende a formação de bons atletas seniores, sem que haja grande preocupação quanto ao futuro daqueles que não a podem subir. Sendo assim, os quadros competitivos devem, nestas idades, garantir, durante a época ou a maior parte dela, a participação de todos nas provas e competições, reduzindo, tanto quanto possível, a eliminação dos derrotados e que estas se desenrolem, permanentemente, em condições de equilíbrio entre os participantes.

Os quadros competitivos quando contemplam um programa de competições de âmbito nacional, devem providenciar que este seja de expressão relativamente reduzida, com características próprias, que não reproduzam, na sua essência, o modelo dos adultos. Lima (1987a) reforça esta ideia ao considerar que deve ser privilegiado um programa reduzido de competições de âmbito nacional, com organização formal e com a seriedade exigida pelo empenho das crianças e com todas as preocupações pedagógicas.

Segundo Matvéiev (1980) o calendário das competições é importante e a determinante principal da periodização do treino. Para este autor (1990) a distribuição das competições ao longo do ano tem influência na periodização do treino. Contudo o calendário competitivo não define por si só esta periodização.

Consideramos assim que a calendarização das competições para os mais jovens deve obedecer a princípios diferentes dos delineados para os adultos e para a alta competição.

Nesta perspectiva é considerado por Araújo (1994) que a preparação desportiva das crianças e jovens não é compatível com uma periodização clássica do treino e das competições, essencialmente no que se refere a longos períodos competitivos. A periodização da preparação dos jovens, ao contrário da preparação de alta competição, não deve conter uma nítida distinção entre período preparatório e competitivo.

Este autor (1994) salienta algumas regras básicas na calendarização das competições desportivas para os jovens:

- 1) mínimo de quatro competições por época, escalonadas no tempo de modo a integrarem períodos intermédios de preparação com a duração mínima de trinta e quarenta e cinco dias;
- 2) avaliação inicial das possibilidades das equipas participantes, de modo a permitir que as competições sejam disputadas entre equipas de valor equilibrado;
- 3) procurar abrir o mais possível o leque de determinação de vencedores, diversificando os títulos a serem alcançados, como meio importante de motivar os dirigentes, treinadores e jogadores.

Marques (1993) é da opinião que não são conhecidos valores precisos sobre o número de competições em cada fase da preparação desportiva das crianças e jovens; no entanto, sabe-se que o número e a qualidade das competições devem ir aumentando progressivamente com os anos de treino e com a melhoria do nível de preparação. De igual forma, Harre (1982) considera que a frequência das competições depende fundamentalmente das características da modalidade, das cargas de treino, dos anos de treino, da idade do atleta e das capacidades individuais.

Para Matvéiev (1990) o número de competições depende somente das características de determinado desporto e do nível do atleta. Na perspectiva de Lima (1987a), as competições para os jovens devem ser em grande número mas sem introduzirem a carga “negativa” da competição dos adultos.

Marques (1993) citando Grosser *et al.* (1986) propõe para as crianças entre os dez e os doze anos três sessões semanais, e para os jovens dos treze aos

catorze anos, quatro a cinco sessões. Estes valores integram também as participações em competição.

Grosser *et al.* (1989) consideram que de acordo com o cumprimento do princípio de incremento progressivo das cargas para as idades correspondentes aos escalões de infantis e juvenis, temos de ir aumentando o número de sessões de treino ou de competição por semana.

3. OBJECTIVOS

Constitui propósito central do nosso estudo conhecer as concepções dos treinadores acerca da estrutura competitiva nos escalões de formação infantil e juvenil (considera-se que o desporto infantil engloba as idades até aos 14 anos e o desporto juvenil a partir dos 15 anos) dos jogos desportivos colectivos, mais concretamente do Voleibol.

Pretende-se ainda comparar os resultados das concepções diferenciadas dos treinadores, considerando os níveis de prática (escalão infantil vs. escalão juvenil), a sua formação académica (com licenciatura vs. sem licenciatura) e os escalões que exerceram função nos últimos cinco anos (minis, benjamins, infantis, iniciados vs. juvenis, juniores vs. seniores).

No presente estudo não foram formuladas hipóteses pelo facto de não existirem evidências de actos científicos sobre a temática, sendo que a investigação prática também não ofereceu de forma concludente e inequívoca suposição fundamentada.

4. METODOLOGIA

4.1 Caracterização da Amostra

O presente estudo integra cento e treze (n=113) treinadores de Voleibol. Dos 113 treinadores, 69 são licenciados em Educação Física e 43 não o são. Relativamente aos escalões que exerceram a função de treinador nos últimos cinco anos, 25 treinaram os escalões minis, benjamins, infantis e iniciados, 47 os escalões juvenis e juniores e 36 o escalão seniores. Neste estudo dividimos três grandes grupos de treinadores relativamente à variável “escalões que exerceram a função de treinador nos últimos cinco anos”, sendo estes: Grupo 1- Iniciação (engloba os escalões minis, benjamins, infantis e iniciados), Grupo 2- Especialização (inclui os escalões juvenis e juniores) e o Grupo 3- Rendimento (abrange o escalão seniores).

4.2 Variáveis

As variáveis dependentes deste estudo são as seis dimensões retiradas do relatório científico do projecto de investigação de Mesquita *et al.* (2005): (1) Adequação das Regras e Materiais do Jogo, (2) Valência Pedagógica da Competição, (3) Objectivos Formativos e Especialização Funcional, (4) Autonomia na Competição, (5) Oportunidade de Competir e (6) Organização do Quadro Competitivo.

A formação académica e os escalões que exerceram a função de treinador nos últimos cinco anos são as variáveis independentes.

4.3 Instrumento

No sentido de recolher a informação relativa às concepções dos treinadores centrada na estrutura competitiva nos escalões de formação no Voleibol foi aplicado um questionário composto por 43 questões de resposta fechada de

acordo com uma escala tipo Likert de 5 pontos (1- discordo, 3- indiferente, 5- concordo plenamente).

Na ausência de um questionário sobre a temática em questão foi construído e validado um questionário resultante da revisão exaustiva da bibliografia da especialidade (Mesquita *et al.*, 2005). Procedeu-se à validação das qualidades psicométricas do questionário através de uma análise exploratória dos dados (método de componentes principais) e por uma análise da fiabilidade dos dados (alpha de Cronbach). A análise factorial exploratória, utilizando o método de análise em Componentes Principais, agrupou as questões que apresentavam associação entre si. Os resultados desta análise destacaram, inicialmente, 9 factores, no entanto, apenas com poucas excepções, a análise da consistência interna desses factores apresentou valores moderados que aconselharam uma nova abordagem à análise factorial. Através da junção de 3 factores e fazendo-se pequenos ajustamentos no agrupamento de itens obteve-se uma estrutura semântica mais coerente, composta por 6 dimensões: I- Adequação das regras e materiais do Jogo; II- Valência pedagógica da competição; III- Objectivos formativos e especialização funcional; IV- Autonomia na competição; V- Oportunidade de competir e VI- Organização do quadro competitivo (Mesquita *et al.*, 2005).

4.4. Procedimentos adoptados na recolha dos dados

A recolha dos dados foi presencial e ocorreu durante o primeiro trimestre de 2005, a treinadores de Voleibol que nesse período se encontravam no exercício das suas funções.

Foram transmitidas todas as informações necessárias para um preenchimento correcto do questionário, bem como a finalidade do mesmo, salientando que este seria anónimo e confidencial. As dúvidas surgidas durante o preenchimento do questionário foram devidamente esclarecidas.

4.5. Procedimentos estatísticos

Para analisar os resultados recorreremos a procedimentos básicos da estatística descritiva, média e desvio padrão, utilizando quadros para facilitar a apresentação dos mesmos.

Para verificar se existem diferenças significativas na atribuição de concordância quanto à formação académica do treinador, em cada um dos itens de cada dimensão, utilizamos o *T Test* para amostras emparelhadas.

Tendo em consideração a variável “escalões que exerceram a função de treinador nos últimos cinco anos” realizamos as comparações recorrendo à análise de variância a um factor (*One-Way ANOVA*) e para as comparações múltiplas (Post-Hoc) adoptamos o teste de *Scheffè*. O nível de significância foi mantido em 0,05.

Os valores médios e os valores de prova das comparações serão apresentados nos quadros para cada dimensão.

5. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

5.1. Descrição e comparação das concepções dos treinadores sobre a competição nos escalões infantil e juvenil, em função da sua formação académica (com e sem licenciatura)

Dimensão I – Adequação das regras e materiais do jogo

De acordo com a análise das respostas dos treinadores às questões da Dimensão I - Adequação das Regras e Materiais do Jogo, verificamos que todas as questões se encontram no nível de concordância.

Pela análise da figura 1 constatamos que, no escalão infantil, a média de respostas dos treinadores sem licenciatura é superior à média de respostas dos treinadores com licenciatura em todas as questões, com excepção da questão 40 (*nestes escalões as regras estão ajustadas às necessidades formativas dos jogadores*). No escalão juvenil, a média de respostas dos treinadores sem licenciatura é inferior à média de respostas dos treinadores com licenciatura, com excepção da questão 23 (*as actuais formas de jogo utilizadas neste escalão ao nível dos praticantes favorecem o desenvolvimento das competências dos jogadores*).

No escalão infantil, para os treinadores sem licenciatura a questão 37 (*nestes escalões as dimensões do terreno de jogo estão adequadas às capacidades dos jogadores*) é a que reúne os valores mais elevados de concordância, com uma média de respostas de 4,33, enquanto que para os treinadores com licenciatura é a questão 6 (*na actual estrutura competitiva a altura da rede está adequada ao escalão*), com uma média de respostas de 4,12.

No escalão juvenil, para os treinadores sem licenciatura a questão 37 é a que reúne os valores mais elevados de concordância, com uma média de respostas de 4,37, enquanto que para os treinadores com licenciatura é a questão 21 (*nestes escalões o tamanho e peso da bola estão adequados às capacidades dos jogadores*), com uma média de respostas de 4,54.

Podemos concluir que, no que concerne à Adequação das Regras e Materiais do Jogo, os treinadores, independentemente da formação académica, quer para o escalão infantil, quer para o escalão juvenil, concordam com o que se encontra em vigor actualmente, uma vez que a média das suas respostas ronda o valor 4.

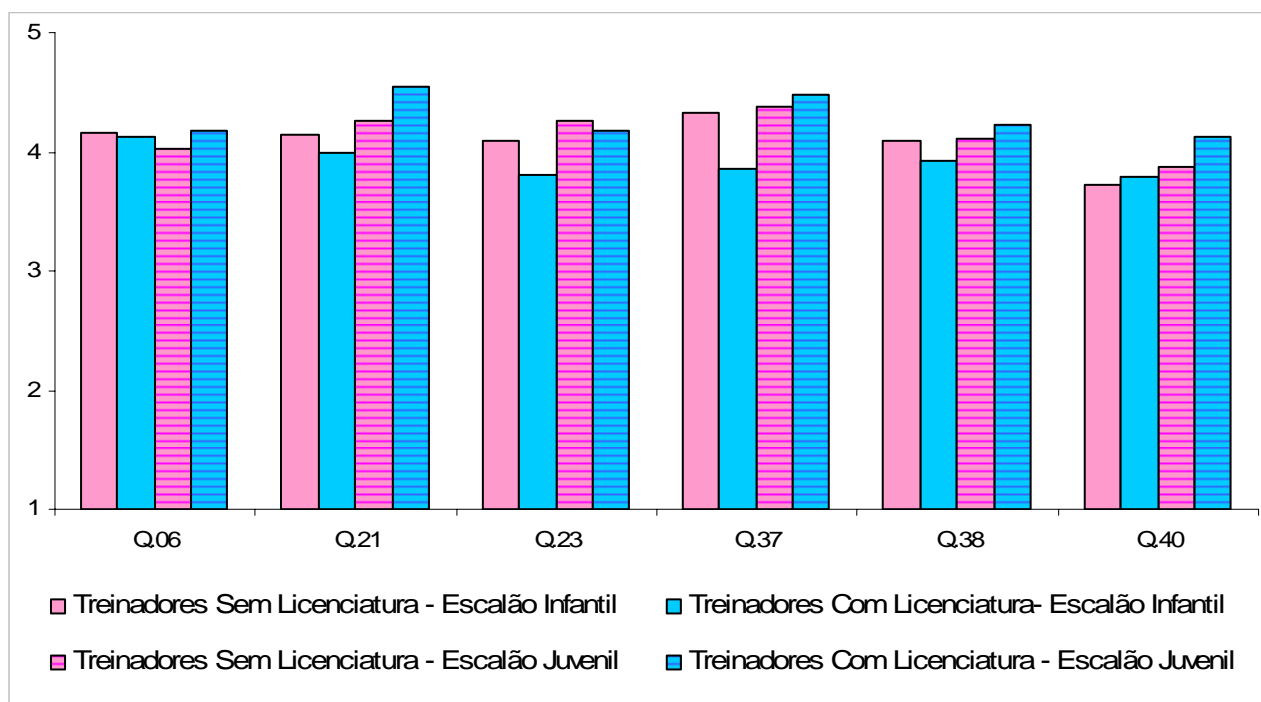


Figura 1: Dimensão I - Adequação das Regras e Materiais do Jogo por escalão e treinadores com e sem licenciatura

Pela análise do quadro 1 verificamos que no escalão infantil, a questão 37 (*nestes escalões as dimensões do terreno de jogo estão adequadas às capacidades dos jogadores*) registou uma diferença com significado estatístico, sendo que a média de respostas dos treinadores sem licenciatura (4,33) é superior à média de respostas dos treinadores com licenciatura (3,85). No escalão juvenil constatamos que existe uma diferença estatisticamente significativa na questão 21 (*nestes escalões o tamanho e peso da bola estão adequados às capacidades dos jogadores*), visto que os treinadores sem licenciatura apresentam valores mais baixos (4,26) de concordância que os treinadores com licenciatura (4,54).

Quadro 1: Dimensão I - Adequação das Regras e Materiais do Jogo em relação a treinadores com e sem licenciatura estratificada por escalão

I – Adequação das regras e materiais do Jogo - Itens -	Treinadores de Voleibol	Escalão infantil			Escalão juvenil		
		Média	Desvio padrão	P	Média	Desvio padrão	P
Q.06 Na actual estrutura competitiva a altura da rede/a altura do cesto/ o tamanho das balizas está adequado ao escalão	Sem Licenciatura	4,16	0,754	0,787	4,03	0,854	0,348
	Com Licenciatura	4,12	0,862		4,18	0,783	
Q.21 Nestes escalões o tamanho e peso da bola estão adequados às capacidades dos jogadores	Sem Licenciatura	4,14	0,833	0,483	4,26	0,601	0,021
	Com Licenciatura	4,00	1,115		4,54	0,559	
Q.23 As actuais formas de jogo (nº de jogadores em campo) utilizadas neste escalão ao nível dos praticantes favorecem o desenvolvimento das competências dos jogadores	Sem Licenciatura	4,09	0,840	0,136	4,26	0,724	0,601
	Com Licenciatura	3,80	1,070		4,18	0,783	
Q.37 Nestes escalões as dimensões do terreno de jogo estão adequadas às capacidades dos jogadores	Sem Licenciatura	4,33	0,747	0,021	4,37	0,786	0,474
	Com Licenciatura	3,85	1,184		4,48	0,725	
Q.38 Nestes escalões a duração das competições é apropriada às capacidades dos jogadores	Sem Licenciatura	4,10	1,008	0,421	4,11	0,906	0,547
	Com Licenciatura	3,93	1,105		4,22	0,951	
Q.40 Nestes escalões as regras estão ajustadas às necessidades formativas dos jogadores	Sem Licenciatura	3,72	1,008	0,732	3,87	0,844	0,141
	Com Licenciatura	3,79	1,067		4,12	0,826	

Dimensão II – Valência Pedagógica da Competição

A figura 2 ilustra os resultados descritivos da Dimensão II - Valência Pedagógica da Competição por escalão e treinadores com e sem licenciatura. Os treinadores, independentemente da formação académica e do escalão em causa, destacam a questão 11 (*respeitar o adversário e o árbitro é fundamental*), atribuindo-lhe valores muito próximos do “máximo acordo”, reconhecendo o carácter genérico e estruturante da prática desportiva. A questão 16 (*as formas actuais de organização da competição contribuem*

activamente para uma vinculação duradoira dos praticantes à modalidade) é a que apresenta os valores mais baixos, com uma média de respostas situada no item 3 (indiferença) da escala de Lickert.

No escalão infantil, a média de respostas dos treinadores sem licenciatura é superior à média de respostas dos treinadores com licenciatura nas questões 15, 16 e 17 e é inferior nas questões 1, 11, 30 e 42. No escalão juvenil, nas questões 1, 15, 16 e 17 a média de respostas dos treinadores sem licenciatura é superior à média de respostas dos treinadores com licenciatura, sendo inferior nas questões 30 e 42 e igual na questão 11.

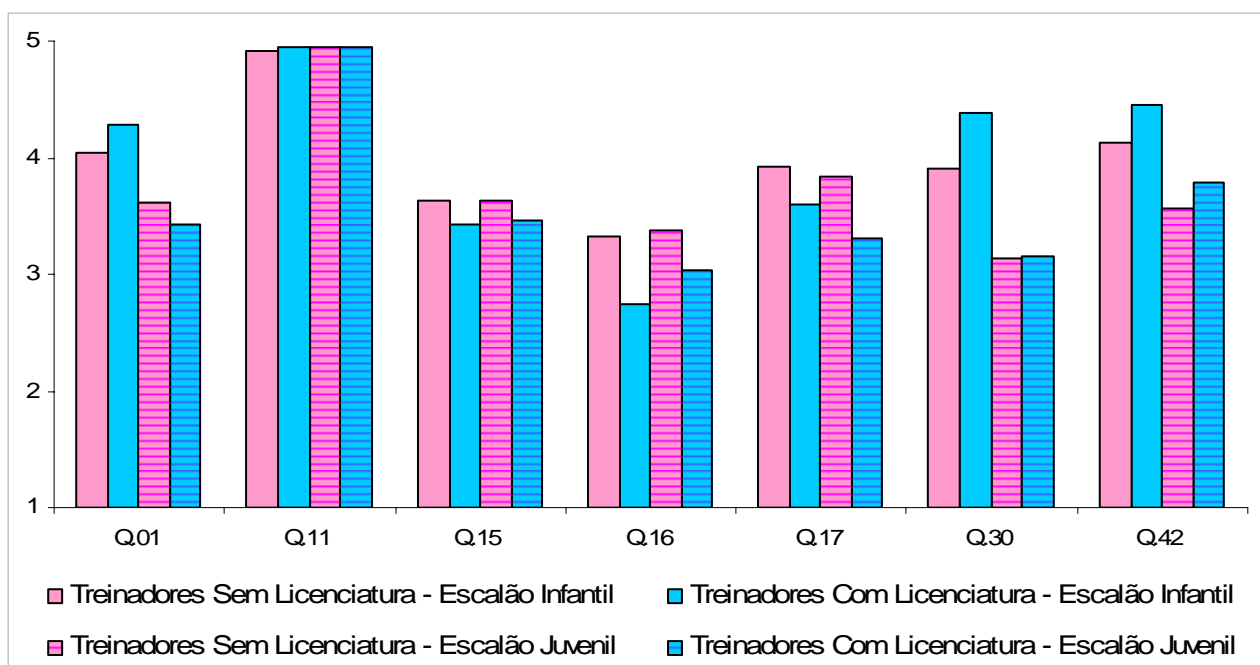


Figura 2: Dimensão II - Valência Pedagógica da Competição por escalão e treinadores com e sem licenciatura

Pela análise do quadro 2 constatamos que existem diferenças estatisticamente significativas em algumas questões. Assim, no escalão infantil verifica-se na questão 16 (*as formas actuais de organização da competição contribuem para uma vinculação duradoira dos praticantes à modalidade*) uma diferença com significado estatístico, visto que a média de respostas dos treinadores sem licenciatura é superior à media de respostas dos treinadores com licenciatura, situando-se ambas no item 3 (indiferença) da escala de Lickert. Ainda neste

escalão, tanto a questão 30 (*nestes escalões devem ser atribuídos prémios a todos os jogadores, independentemente do resultado*) como a questão 42 (*nestes escalões em simultâneo com a competição, deve existir outro tipo de actividades que envolvam activamente os praticantes*) apresentam diferenças estatisticamente significativas, com uma média de respostas superior para os treinadores com licenciatura relativamente aos treinadores sem licenciatura, situando-se ambas no item 4 (concordância) da escala de Lickert. No escalão juvenil existe uma diferença com significado estatístico ($0,015 < p < 0,05$) na questão 17 (*os conteúdos e processos de organização do jogo adoptados pelos treinadores favorecem o desenvolvimento da competência desportivo-motora de todos os jogadores*), sendo a média de respostas dos treinadores sem licenciatura superior (3,84) à média de respostas dos treinadores com licenciatura (3,31).

Quadro 2: Dimensão II - Valência Pedagógica da Competição em relação a treinadores com e sem licenciatura estratificada por escalão

II – Valência Pedagógica da Competição - Itens -	Treinadores de Voleibol	Escalão infantil			Escalão juvenil		
		Média	Desvio padrão	P	Média	Desvio padrão	P
Q.01 Na competição o prazer é mais importante do que o resultado	Sem Licenciatura	4,05	1,068	0,232	3,61	1,128	0,401
	Com Licenciatura	4,28	0,944		3,42	1,075	
Q.11 Respeitar o adversário e o árbitro é fundamental	Sem Licenciatura	4,91	0,366	0,440	4,95	0,226	0,903
	Com Licenciatura	4,95	0,274		4,95	0,276	
Q.15 A actual competição difunde valores, rituais e conhecimentos que constituem a cultura desportiva da modalidade	Sem Licenciatura	3,63	0,874	0,343	3,63	0,852	0,413
	Com Licenciatura	3,43	1,144		3,46	1,092	
Q.16 As formas actuais de organização da competição contribuem activamente para uma vinculação duradoira dos praticantes à modalidade	Sem Licenciatura	3,33	1,017	0,005	3,37	0,942	0,092
	Com Licenciatura	2,75	1,049		3,03	1,000	
Q.17 Os conteúdos e processos de organização do jogo adoptados pelos treinadores favorecem o desenvolvimento da competência desportivo-motora de todos os jogadores	Sem Licenciatura	3,93	0,856	0,104	3,84	0,916	0,015
	Com Licenciatura	3,60	1,142		3,31	1,117	
Q.30 Nestes escalões devem ser atribuídos prémios a todos os jogadores, independentemente do resultado	Sem Licenciatura	3,91	1,130	0,017	3,13	1,256	0,946
	Com Licenciatura	4,39	0,937		3,15	1,306	
Q.42 Nestes escalões em simultâneo com a competição, deve existir outro tipo de actividades que envolvam activamente os praticantes	Sem Licenciatura	4,12	0,861	0,027	3,57	1,094	0,355
	Com Licenciatura	4,46	0,725		3,78	1,098	

Dimensão III – Objectivos Formativos e Especialização Funcional

Na figura 3 são apresentados os resultados relativos à Dimensão III - Objectivos Formativos e Especialização Funcional por escalão e treinadores com e sem licenciatura.

A sua análise mostra que, à excepção da questão 35, os treinadores situaram as suas respostas em valores muito baixos, entre a não concordância e a indiferença (1,55 a 3,45). Uma vez que as questões se prendem com pressupostos importantes da formação desportiva a longo prazo na perspectiva de uma formação multilateral, os inquiridos revelaram o seu desacordo ou indiferença quanto à especialização precoce e funcional dos jogadores (questão 2 e 9), ao sistema de classificação e apuramento dos seniores ser válido para os escalões infantil e juvenil (questão 28) e à organização informal da competição (questão 31). Por outro lado, demonstraram o seu acordo quanto aos objectivos de formação e os objectivos de competição estarem intimamente relacionados (questão 35).

Pela análise da figura 3 verificamos que no escalão infantil, os treinadores sem licenciatura apresentam uma média de respostas superior à dos treinadores com licenciatura em todas as questões, à excepção da questão 31 (*nestes escalões a organização deve assumir um carácter essencialmente informal*). No escalão juvenil constatamos que em todas as questões, à excepção da questão 35 (*os objectivos de formação e os objectivos da competição devem estar intimamente relacionados*), a média de respostas dos treinadores sem licenciatura é superior à média de respostas dos treinadores com licenciatura.

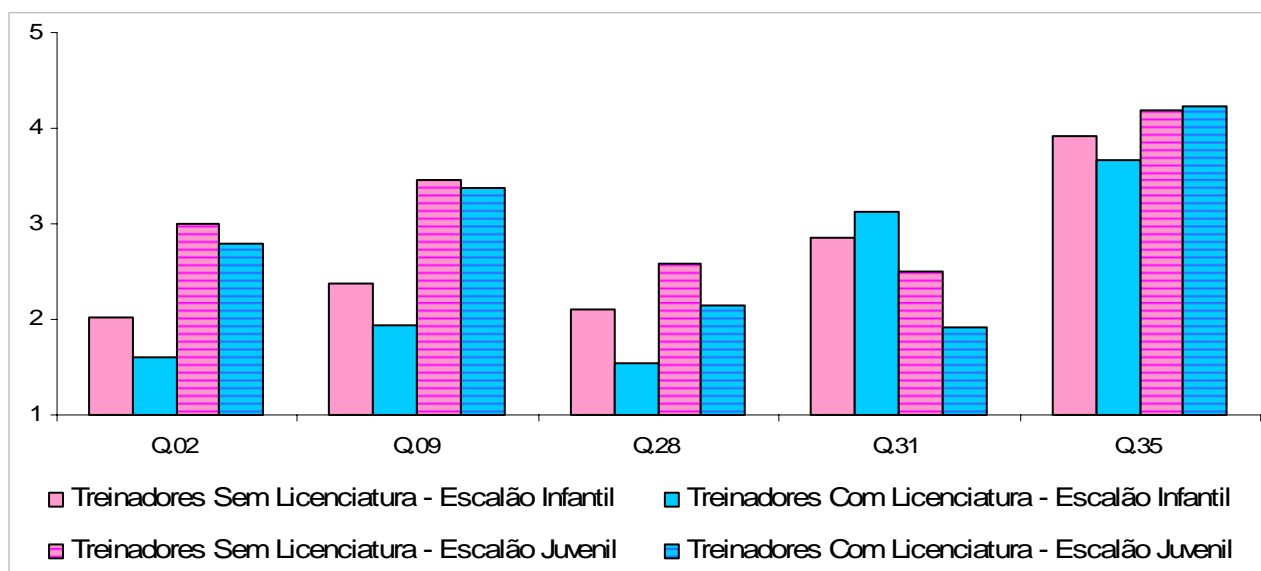


Figura 3 Dimensão III - Objectivos Formativos e Especialização Funcional por escalão e treinadores com e sem licenciatura

Pela análise do quadro 3 verificamos que as questões 2 (*os praticantes devem especializar-se cedo numa modalidade*) e 28 (*o sistema de classificação e apuramento dos seniores é válido para estes escalões*), no escalão de infantis, apresentam diferenças estatisticamente significativas. É possível constatar que, tanto na questão 2 como na questão 28, os treinadores com licenciatura demonstram maior desacordo relativamente aos treinadores sem licenciatura, situando as suas respostas em valores mais baixos (1,61 e 1,55, respectivamente). No escalão juvenil existe uma diferença com significado estatístico na questão 31 (*nestes escalões a organização da competição deve assumir um carácter essencialmente informal*), tendo os treinadores com licenciatura demonstrado maior desacordo que os treinadores sem licenciatura, apresentando uma média de respostas de 1,91.

Quadro 3 Dimensão III - Objectivos Formativos e Especialização Funcional em relação a treinadores com e sem licenciatura estratificada por escalão

III – Objectivos Formativos e Especialização Funcional - Itens -	Treinadores de Voleibol	Escalão infantil			Escalão juvenil		
		Média	Desvio padrão	P	Média	Desvio padrão	P
Q.02 Os praticantes devem especializar-se cedo numa modalidade	Sem Licenciatura	2,02	1,137	0,040	3,00	1,269	0,416
	Com Licenciatura	1,61	0,920		2,79	1,238	
Q.09 Nestes escalões é importante atender à especialização funcional dos jogadores	Sem Licenciatura	2,37	1,176	0,070	3,45	1,132	0,777
	Com Licenciatura	1,93	1,295		3,38	1,212	
Q.28 O sistema de classificação e apuramento dos seniores é válido para estes escalões	Sem Licenciatura	2,10	1,200	0,008	2,58	1,360	0,106
	Com Licenciatura	1,55	0,915		2,15	1,231	
Q.31 Nestes escalões a organização da competição deve assumir um carácter essencialmente informal	Sem Licenciatura	2,86	1,336	0,312	2,51	1,193	0,005
	Com Licenciatura	3,12	1,307		1,91	0,924	
Q.35 Os objectivos de formação e os objectivos da competição devem estar intimamente relacionados	Sem Licenciatura	3,91	1,065	0,345	4,18	0,766	0,810
	Com Licenciatura	3,67	1,386		4,22	0,832	

Dimensão IV – Autonomia na Competição

A figura 4 ilustra os resultados descritivos da Dimensão IV – Autonomia na Competição por escalão e treinadores com e sem licenciatura.

Em todas as questões a média de respostas dos treinadores, independentemente da sua formação académica, situa-se nos itens 3 (indiferença) e 4 (concordância) da escala de Lickert. No escalão infantil, a média de respostas dos treinadores sem licenciatura é superior à dos treinadores com licenciatura nas questões 25 e 29 e inferior nas questões 4, 5, 36 e 41. No escalão juvenil, a média de respostas dos treinadores sem licenciatura é superior à dos treinadores com licenciatura em todas as questões, à excepção da questão 36.

A questão que apresenta valores mais elevados é a 36 (*o treinador na competição deve ajudar os jogadores a analisar as situações, mas não prescrever soluções*) situando-se a média de respostas dos treinadores, independentemente da sua formação académica, no nível de concordância. A questão que apresenta valores mais baixos é a 29 (*no jogo os jogadores devem restringir-se às orientações do treinador*) situando-se a média de respostas dos treinadores no item da indiferença. Podemos assim concluir que os treinadores consideram que, à medida que os praticantes vão tendo mais idade deve ser-lhes dada maior autonomia no jogo, conferindo-lhes maior liberdade de decisão.

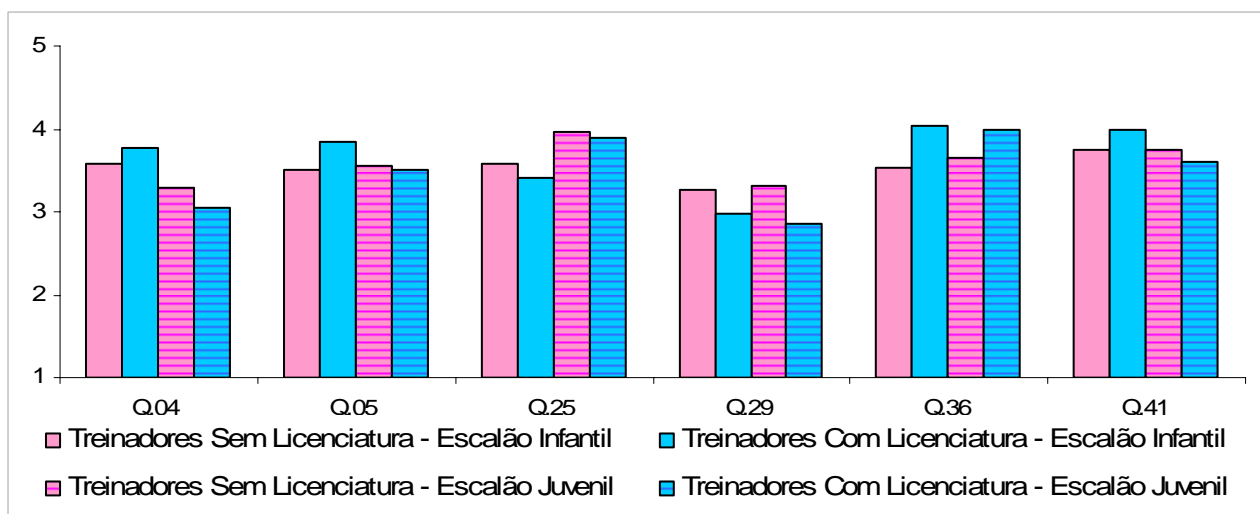


Figura 4: Dimensão IV - Autonomia na Competição por escalão e treinadores com e sem licenciatura

Pela análise do quadro 4 verificamos a relevância conferida pelos treinadores à autonomia, a ser promovida pela competição, através de funções que ultrapassam o jogo, como seja a de árbitros, a de anotadores, a de afixação de resultados e realização de jornais de paredes, onde a autonomia e a responsabilização no cumprimento das tarefas assume crucial importância.

Também constatamos que apenas a questão 36 (*o treinador na competição deve ajudar os jogadores a analisar as situações, mas não prescrever soluções*) apresenta uma diferença com significado estatístico, para o escalão infantil. Assim, os treinadores com licenciatura apresentam uma média de respostas mais elevada (4,04) que a média de respostas dos treinadores sem licenciatura (3,53) demonstrando uma maior concordância.

Estes resultados vão de encontro ao defendido por Mesquita (2004), em que o treinador deve dar menos informação e orientar a atenção dos praticantes para a auto-organização, promovendo as aprendizagens emergentes. Desta forma, deve recorrer a estratégias de instrução que se afastam das tradicionalmente aplicadas (como o método expositivo, instrução directa, definição hierarquizada dos passos da tarefa, etc.) dando espaço para a interpretação individual do praticante (através do visionamento de vídeos, da discussão de casos, do questionamento, etc.) e promovendo a interpretação pessoal, requisito do comportamento prospectivo e não reactivo.

Quadro 4: Dimensão IV - Autonomia na competição em relação a treinadores com e sem licenciatura estratificada por escalão

IV – Autonomia na competição - Itens -	Treinadores de Voleibol	Escalão infantil			Escalão juvenil		
		Média	Desvio padrão	P	Média	Desvio padrão	P
Q.04 Na competição os praticantes devem fazer também função de árbitros	Sem Licenciatura	3,58	1,367	0,424	3,29	1,393	0,351
	Com Licenciatura	3,77	1,107		3,05	1,208	
Q.05 Na competição os jogadores devem realizar jornais de parede no clube onde destacam a actuação da equipa no comportamento cívico e competitivo	Sem Licenciatura	3,51	1,203	0,127	3,55	0,978	0,820
	Com Licenciatura	3,84	0,994		3,51	0,975	
Q.25 Na competição, o treinador deve determinar com detalhe as acções dos jogadores e as soluções para os problemas do jogo	Sem Licenciatura	3,57	1,291	0,527	3,97	1,213	0,707
	Com Licenciatura	3,41	1,301		3,88	1,222	
Q.29 No jogo os jogadores devem -se restringir às orientações do treinador	Sem Licenciatura	3,26	1,255	0,342	3,32	1,210	0,110
	Com Licenciatura	2,98	1,556		2,86	1,467	
Q.36 O treinador na competição deve ajudar os jogadores a analisar as situações, mas não prescrever soluções	Sem Licenciatura	3,53	1,334	0,049	3,66	1,300	0,214
	Com Licenciatura	4,04	1,296		4,00	1,371	
Q.41 Nestes escalões é importante que os jogadores passem por função de registo do marcador e anotação	Sem Licenciatura	3,74	1,197	0,266	3,74	1,032	0,537
	Com Licenciatura	3,99	1,037		3,60	1,155	

Dimensão V – Oportunidade de Competir

Pela análise da figura 5, relativamente à Dimensão V – Oportunidade de Competir, por escalão e treinadores com e sem licenciatura, é possível verificar que, de uma forma geral, todas as questões, com excepção da 24 (*nestes escalões é fundamental que rapazes e raparigas participem juntos na competição*), rondam o valor 4 (concordância), oscilando entre os valores 3,45 e 4,74. Isto demonstra que os treinadores valorizam a oportunidade de todos

os praticantes competirem (questão 19), devendo o quadro competitivo estar ajustado às suas capacidades (questão 10), recorrendo-se a formas de organização variadas (questão 8) e a classificações nas competições que não conduzam à eliminação das equipas (questão 3). A questão 24 é a que apresenta valores mais baixos, principalmente no escalão de juvenis, onde a média de respostas dos treinadores sem licenciatura é de 1,76 e a dos treinadores com licenciatura é de 1,54, revelando a sua discordância. O facto de ser um escalão onde o jogo já revela algum nível de especificidade, em função da variável género, e uma vez que a especialização funcional começa a assumir os primeiros contornos é natural que os treinadores não concordem que no escalão de juvenis rapazes e raparigas compitam juntos.

No escalão infantil, a média de respostas dos treinadores sem licenciatura é superior à dos treinadores com licenciatura nas questões 19 e 24 e inferior nas questões 3, 8 e 10. No escalão juvenil, a média de respostas dos treinadores sem licenciatura é superior à dos treinadores com licenciatura nas questões 3, 19 e 24 e inferior nas questões 8 e 10.

Na questão 10 (*os quadros competitivos devem ser organizados de acordo com o nível competitivo das equipas*) verificamos que, tanto pelo nível de prática (escalão infantil vs. escalão juvenil) como pela formação académica dos treinadores (sem licenciatura vs. com licenciatura) os valores se aproximam. Este facto explica-se pelo teor da própria dimensão, a qual enfatiza a participação inclusiva, que assume maior relevância quanto mais baixas são as idades dos praticantes.

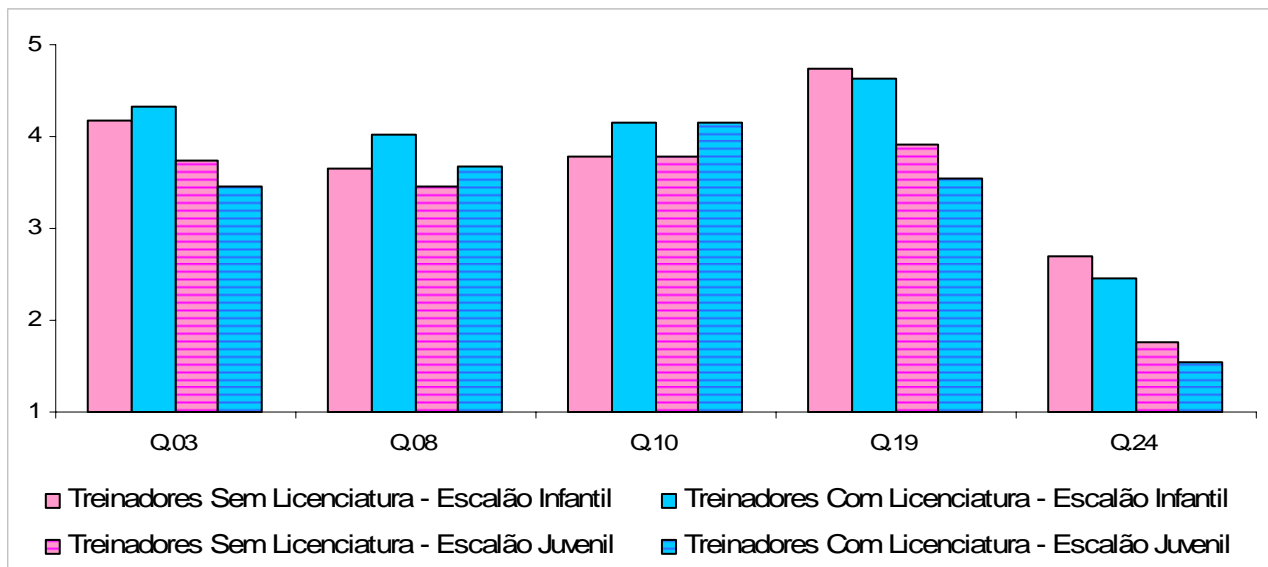


Figura 5 Dimensão V - Oportunidade de Competir por escalão e treinadores com e sem licenciatura

Pela análise do quadro 5, verificamos que, em termos gerais, a opinião dos treinadores com e sem licenciatura não se distingue no que concerne à Oportunidade de Competir, pelo que não se registam diferenças estatisticamente significativas. A única questão em que os valores mais se afastam, embora sem significado estatístico, regista-se a nível do escalão de infantis na questão 8 (*as formas de organização das competições devem ser variadas*). Como tal, os treinadores com licenciatura, para este escalão, apresentam um nível de concordância mais elevado do que os treinadores sem licenciatura, com uma média de respostas a rondar o valor 4.

Quadro 5: Dimensão V - Oportunidade de Competir em relação a treinadores com e sem licenciatura estratificada por escalão

V – Oportunidade de Competir - Itens -	Treinadores de Voleibol	Escalão infantil			Escalão juvenil		
		Média	Desvio padrão	P	Média	Desvio padrão	P
Q.03 A classificação na competição não deve conduzir à eliminação das equipas	Sem Licenciatura	4,17	1,034	0,475	3,73	1,170	0,305
	Com Licenciatura	4,33	1,211		3,45	1,417	
Q.08 As formas de organização das competições devem ser variadas	Sem Licenciatura	3,65	0,948	0,052	3,45	0,795	0,274
	Com Licenciatura	4,03	1,007		3,68	1,133	
Q.10 Os quadros competitivos devem ser organizados de acordo com o nível competitivo das equipas	Sem Licenciatura	3,79	1,159	0,098	3,78	0,976	0,085
	Com Licenciatura	4,16	1,149		4,15	1,056	
Q.19 É importante que todos os jogadores entrem em campo para jogar	Sem Licenciatura	4,74	0,539	0,496	3,92	1,050	0,150
	Com Licenciatura	4,64	0,883		3,55	1,352	
Q.24 Nestes escalões é fundamental que rapazes e raparigas participem juntos na competição	Sem Licenciatura	2,70	1,282	0,353	1,76	0,971	0,270
	Com Licenciatura	2,46	1,295		1,54	1,020	

Dimensão VI – Organização do Quadro Competitivo

Da análise da figura 6 que representa a Organização do Quadro Competitivo (dimensão VI), podemos verificar que as questões mais valorizadas foram a 13 (*nestes escalões deve existir um número elevado de competições anuais*) e a 22 (*as competições devem ocorrer aos fins-de-semana, “estilo torneio” ao longo da época*) com valores no nível de concordância (o valor menor é de 4,06 e o maior de 4,62), relacionando-se ambas as questões com a densidade competitiva (competição em estilo torneio). Esta questão levanta algumas dúvidas, na medida em que assistimos a um crescente abandono prematuro da prática desportiva por excesso de competição em idades baixas. Contrariamente, a questão 20 (*os quadros competitivos nestes escalões devem confinar-se a um âmbito regional*) é a que assume valores mais baixos, com especial incidência no escalão de juvenis pelo facto de neste escalão os

objectivos competitivos assumirem maior relevância, desvalorizando as vantagens das competições regionais, onde o incremento do número de competições, bem como o controlo da homogeneidade do nível competitivo é mais fácil de ser realizado.

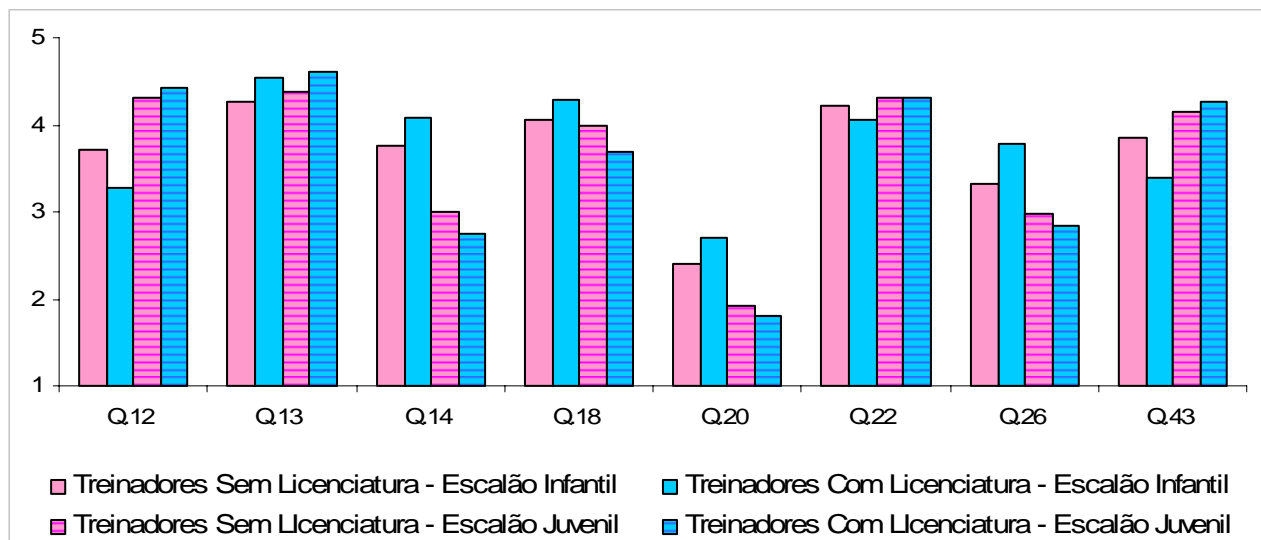


Figura 6 - Dimensão VI Organização do Quadro Competitivo por escalão e treinadores com e sem licenciatura

Pela análise do quadro 6 verificamos que, de uma forma geral, as respostas dadas por treinadores com e sem licenciatura são muito similares, não se registando diferenças com significado estatístico.

Comparando os valores registados na questão 14 (*as competições devem ser realizadas de forma concentrada em alguns fins-de-semana, “estilo torneio”*) com a questão 22 (*as competições devem ocorrer aos fins-de-semana, “estilo torneio” ao longo da época*) verifica-se que os treinadores consideram ser mais importante realizar as competições ao longo da época, uma vez que os valores se situam de forma mais consistente no nível de concordância (entre 4,06 e 4,32), sendo estes valores mais significativos para o escalão de juvenis.

Estes resultados foram de encontro ao que era previsto, uma vez que nos calendários competitivos vigentes é usual as crianças e jovens terem competição em todos os fins-de-semana, ao longo da época.

Quadro 6 Dimensão VI - Organização do Quadro Competitivo em relação a treinadores com e sem licenciatura estratificada por escalão

VI – Organização do Quadro Competitivo - Itens -	Treinadores de Voleibol	Escalão infantil			Escalão juvenil		
		Média	Desvio padrão	P	Média	Desvio padrão	P
Q.12 Nestes escalões faz sentido apurar um campeão nacional	Sem Licenciatura	3,71	1,312	0,104	4,30	1,024	0,478
	Com Licenciatura	3,27	1,420		4,43	0,874	
Q.13 Nestes escalões deve existir um número elevado de competições anuais	Sem Licenciatura	4,26	0,939	0,112	4,38	0,721	0,084
	Com Licenciatura	4,55	0,909		4,62	0,651	
Q.14 As competições devem ser realizadas de forma concentrada em alguns fins-de-semana, “estilo torneio”	Sem Licenciatura	3,77	1,250	0,197	3,00	1,315	0,322
	Com Licenciatura	4,07	1,185		2,75	1,223	
Q.18 As federações devem estabelecer normas técnicas, relativas aos conteúdos e processos de organização do jogo, para estes escalões	Sem Licenciatura	4,05	0,975	0,222	4,00	0,959	0,160
	Com Licenciatura	4,28	0,997		3,69	1,157	
Q.20 Os quadros competitivos nestes escalões devem confinar-se a um âmbito regional	Sem Licenciatura	2,40	1,348	0,271	1,92	0,912	0,557
	Com Licenciatura	2,70	1,457		1,81	0,988	
Q.22 As competições devem ocorrer aos fins-de-semana, “estilo torneio” ao longo da época	Sem Licenciatura	4,21	1,081	0,510	4,32	0,933	0,949
	Com Licenciatura	4,06	1,188		4,30	1,007	
Q.26 As federações e as associações devem condicionar os sistemas de jogo a adoptar nestes escalões	Sem Licenciatura	3,33	1,085	0,050	2,97	1,174	0,660
	Com Licenciatura	3,79	1,274		2,85	1,469	
Q.43 A competição nestes escalões deve ser organizada pela estrutura do desporto federado	Sem Licenciatura	3,86	1,049	0,052	4,16	0,800	0,520
	Com Licenciatura	3,39	1,302		4,27	0,809	

5.2 Descrição e comparação das concepções dos treinadores sobre a competição nos níveis de prática infantil e juvenil, em função dos escalões que exerceram função nos últimos cinco anos

Dimensão I – Adequação das Regras e Materiais do jogo

No que concerne à apreciação da Adequação das Regras e Materiais do Jogo pelos treinadores que treinam diferentes escalões (figura 7) constatamos que, independentemente do escalão que treinam e dos dois níveis de prática (infantil e juvenil), os treinadores revelam um elevado grau de concordância, uma vez que a média das suas respostas se encontra entre 3,59 e 4,63.

A questão que recolhe valores mais elevados é a 21 (*nestes escalões o tamanho e peso da bola estão adequados às capacidades dos jogadores*), e a que recolhe valores mais baixos é a 40 (*nestes escalões as regras estão ajustadas às necessidades formativas dos jogadores*). No entanto, deve referir-se, mais uma vez, que os valores resultantes se enquadram no item 4 (concordância) da escala de Lickert.

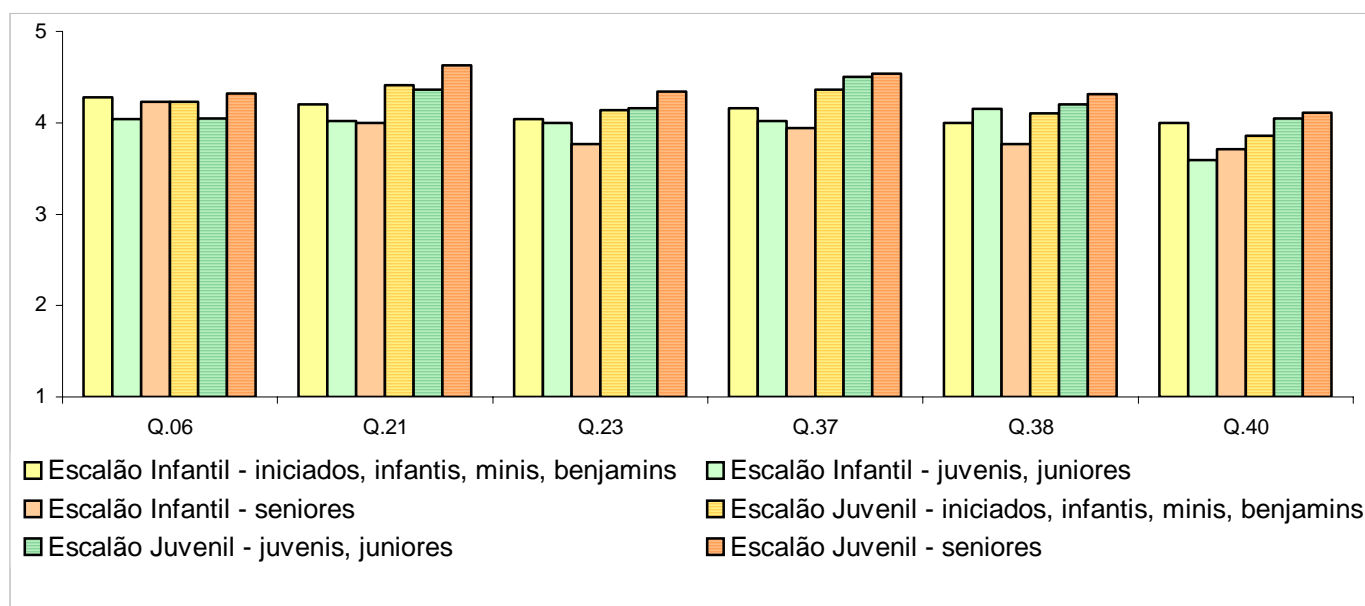


Figura 7: Dimensão I - Adequação das Regras e Materiais do Jogo por nível de prática infantil e Juvenil e escalões que treinam

Como se pode verificar pela análise do quadro 7, a opinião dos treinadores, tanto no nível de prática infantil como no nível de prática juvenil, não se distingue no que concerne à Adequação das Regras e Materiais do Jogo, pelo que não se registam diferenças estatisticamente significativas.

No nível de prática infantil, os treinadores dos escalões iniciados, infantis, minis e benjamins apresentam valores mais elevados de concordância do que os treinadores dos escalões juvenis, juniores e seniores, com uma média de respostas a rondar os valores 4 e 4,28. No nível de prática juvenil, os treinadores dos escalões mais baixos apresentam valores menores de concordância do que os treinadores dos escalões superiores.

Quadro 7: Dimensão I - Adequação das Regras e Materiais do Jogo por nível de prática Infantil e Juvenil e escalões que treinam

I – Adequação das Regras e Materiais do Jogo - Itens -	Escalões que treinam	Nível de prática infantil			Nível de prática juvenil		
		Média	Desvio padrão	P	Média	Desvio padrão	P
Q.06 Na actual estrutura competitiva a altura da rede/a altura do cesto/ o tamanho das balizas está adequado ao escalão	1	4,28	0,843	0,438	4,23	0,813	0,262
	2	4,04	0,788		4,05	0,746	
	3	4,23	0,877		4,32	0,727	
Q.21 Nestes escalões o tamanho e peso da bola estão adequados às capacidades dos jogadores	1	4,20	0,866	0,725	4,41	0,503	0,110
	2	4,02	0,954		4,36	0,613	
	3	4,00	1,213		4,63	0,547	
Q.23 As actuais formas de jogo (nº de jogadores em campo) utilizadas neste escalão ao nível dos praticantes favorecem o desenvolvimento das competências dos jogadores	1	4,04	0,978	0,502	4,14	0,834	0,495
	2	4,00	0,905		4,16	0,785	
	3	3,77	1,140		4,34	0,684	
Q.37 Nestes escalões as dimensões do terreno de jogo estão adequadas às capacidades dos jogadores	1	4,16	0,987	0,744	4,36	0,658	0,612
	2	4,02	1,125		4,50	0,591	
	3	3,94	1,083		4,54	0,780	
Q.38 Nestes escalões a duração das competições é apropriada às capacidades dos jogadores	1	4,00	1,142	0,292	4,10	0,995	0,690
	2	4,15	0,918		4,20	0,954	
	3	3,77	1,215		4,31	0,867	
Q.40 Nestes escalões as regras estão ajustadas às necessidades formativas dos jogadores	1	4,00	0,957	0,303	3,66	0,990	0,573
	2	3,59	1,002		4,05	0,806	
	3	3,71	1,226		4,11	0,900	

Legenda:

- 1- Minis, Benjamins, Infantis e Iniciados;
- 2- Juvenis e Juniores
- 3- Seniores

Dimensão II – Valência Pedagógica da Competição

Da análise da figura 8, destaca-se a elevada cotação da questão 11 que realça a importância primordial do respeito pelo adversário e pelo árbitro, situando-se a média de respostas dos treinadores dos diferentes escalões no item “máximo acordo”. Pelo contrário, a questão 16 (*as formas actuais de organização da*

competição contribuem activamente para uma vinculação duradoira dos praticantes à modalidade) reúne os valores mais baixos, situando-se a média de respostas dos treinadores dos diferentes escalões no item 3 (indiferença) da escala de Lickert.

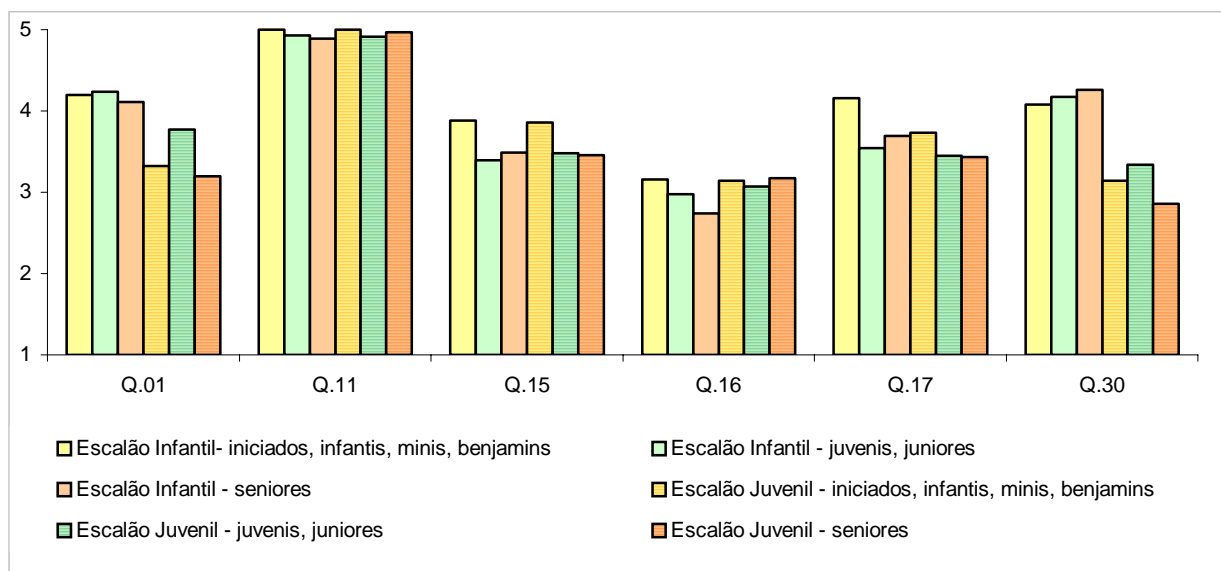


Figura 8: Dimensão II – Valência Pedagógica da Competição por nível de prática Infantil e Juvenil e escalões que treinam

Como se pode verificar pela análise do quadro 8, e em termos gerais, os treinadores dos escalões mais baixos atribuem valores mais elevados do que os treinadores dos escalões superiores quando se trata da Valência Pedagógica da Competição, nos dois níveis de prática.

Na questão 1, no nível de prática juvenil registou-se uma diferença com significado estatístico, sendo que os treinadores do escalão seniores apresentaram uma média de respostas a rondar o valor 3 (indiferença), enquanto que os treinadores dos escalões iniciados, infantis, minis e benjamins apresentaram uma média de respostas a rondar o valor 4 (concordância).

Quadro 8 Dimensão II - Valência Pedagógica da Competição por nível de prática Infantil e Juvenil e escalões que treinam

II – Valência Pedagógica da Competição - Itens -	Escalões que treinam	Nível de prática infantil			Nível de prática juvenil		
		Média	Desvio padrão	P	Média	Desvio padrão	P
Q.01 Na competição o prazer é mais importante do que o resultado	1	4,20	0,957	0,842	3,32	1,171	0,047*
	2	4,24	0,970		3,77	0,961	
	3	4,11	1,036		3,20^a	1,106	
Q.11 Respeitar o adversário e o árbitro são fundamentais	1	5,00	0,000	0,394	5,00	0,000	0,342
	2	4,93	0,330		4,91	0,366	
	3	4,89	0,404		4,97	0,171	
Q.15 A actual competição difunde valores. rituais e conhecimentos que constituem a cultura desportiva da modalidade	1	3,88	1,054	0,175	3,86	1,082	0,286
	2	3,39	1,022		3,48	0,927	
	3	3,49	1,121		3,46	1,120	
Q.16 As formas actuais de organização da competição contribuem activamente para uma vinculação duradoura dos praticantes à modalidade	1	3,16	1,106	0,317	3,14	1,037	0,898
	2	2,98	1,043		3,07	0,974	
	3	2,74	1,067		3,17	1,014	
Q.17 Os conteúdos e processos de organização do jogo adoptados pelos treinadores favorecem o desenvolvimento da competência desportivo-motora de todos os jogadores	1	4,18	0,898	0,058	3,73	1,202	0,554
	2	3,54	1,026		3,45	0,951	
	3	3,69	1,132		3,43	1,170	
Q.30 Nestes escalões devem ser atribuídos prémios a todos os jogadores, independentemente do resultado	1	4,08	1,038	0,814	3,14	1,320	0,254
	2	4,17	1,060		3,34	1,200	
	3	4,26	1,067		2,86	1,353	
Q.42 Nestes escalões em simultâneo com a competição. deve existir outro tipo de actividades que envolvam activamente os praticantes	1	4,12	0,833	0,222	3,55	1,101	0,511
	2	4,39	0,745		3,86	0,930	
	3	4,44	0,660		3,74	1,163	

* Diferença estatisticamente significativa: $p < 0,05$

a = Diferença estatisticamente significativa no Post Hoc – Teste de Scheffé: $p = 0,049$

Dimensão III – Objectivos Formativos e Especialização Funcional

No que diz respeito às questões da Dimensão III - Objectivos Formativos e Especialização Funcional, é clara a abordagem diferenciada relativamente ao nível de prática infantil e juvenil.

Pela análise da figura 9, a questão 35 (*os objectivos de formação e os objectivos da competição devem estar intimamente relacionados*) é a que reúne os valores mais elevados, com uma média de respostas a rondar o valor 4 (concordância). A questão 28 (*o sistema de classificação e apuramento dos seniores é válido para estes escalões*) é a que reúne os valores mais baixos, com uma média de respostas a rondar o valor 2 (discordância).

No escalão infantil, nas questões 2 (*os praticantes devem especializar-se cedo na modalidade*) e 9 (*nestes escalões é importante atender à especialização funcional dos jogadores*), os treinadores dos escalões mais baixos atribuem valores mais elevados do que os treinadores dos escalões superiores, no entanto, com uma média de respostas a rondar o valor 2 (discordância). Neste mesmo escalão, nas restantes questões, verifica-se que os treinadores dos escalões mais baixos apresentam valores menores que os treinadores dos escalões superiores. No escalão juvenil, nas questões 2, 28 e 35 os treinadores dos escalões mais baixos atribuem valores menores do que os treinadores dos escalões superiores, enquanto que nas questões 9 e 31 atribuem valores mais elevados

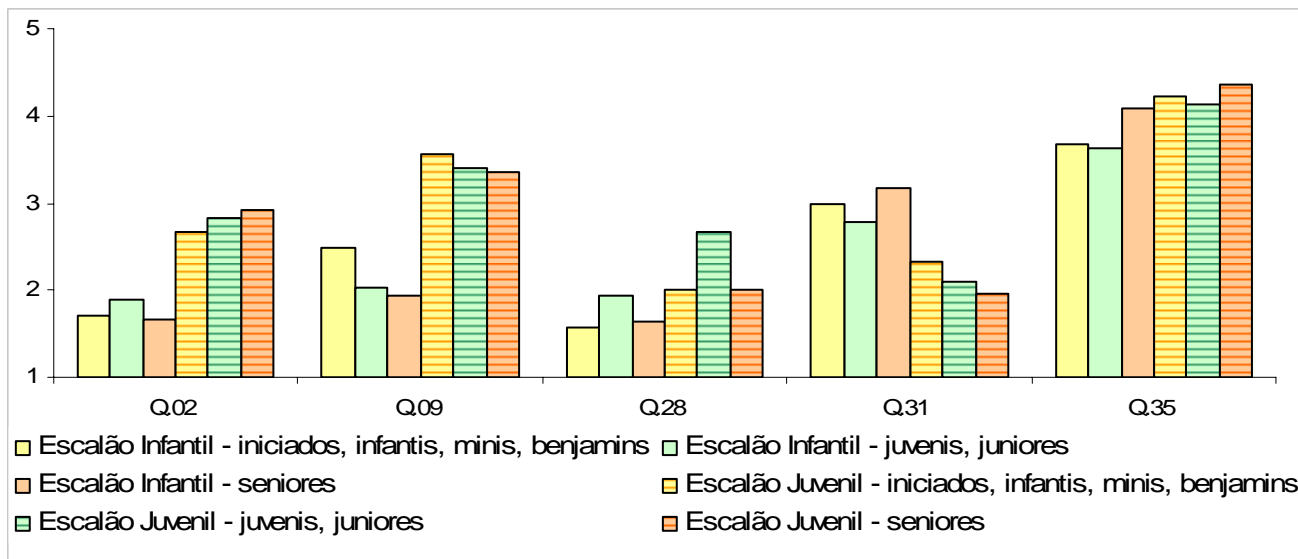


Figura 9: Dimensão III – Objectivos Formativos e Especialização Funcional por nível de prática Infantil e Juvenil e escalões que treinam

Analisando o quadro 9 verificamos que surge uma diferença com significado estatístico na apreciação do nível de prática juvenil, na questão 28, onde os treinadores do escalão seniores revelam maior desacordo do que os treinadores dos escalões juvenis e juniores relativamente ao sistema de classificação e apuramento para os escalões mais jovens ser semelhante ao dos seniores. Sendo assim, a média de respostas dos treinadores do escalão seniores situa-se no item 2 (discordância) da escala de Lickert, enquanto que a dos treinadores dos escalões juvenis e juniores situa-se no item 3 (indiferença).

Quadro 9 Dimensão III - Objectivos Formativos e Especialização Funcional por nível de prática Infantil e Juvenil e escalões que treinam

III – Objectivos Formativos e Especialização Funcional - Itens -	Escalões que treinam	Nível de prática infantil			Nível de prática juvenil		
		Média	Desvio padrão	P	Média	Desvio padrão	P
Q.02 Os praticantes devem especializar-se cedo numa modalidade	1	1,72	1,137	0,588	2,68	1,460	0,793
	2	1,89	0,959		2,84	1,174	
	3	1,66	1,056		2,91	1,222	
Q.09 Nestes escalões é importante atender à especialização funcional dos jogadores	1	2,48	1,295	0,245	3,55	1,262	0,840
	2	2,04	1,173		3,41	1,168	
	3	1,94	1,371		3,35	1,203	
Q.28 O sistema de classificação e apuramento dos seniores é valido para estes escalões	1	1,58	0,974	0,299	2,00	1,183	0,040*
	2	1,93	1,162		2,66	1,328	
	3	1,63	0,973		2,00^a	1,237	
Q.31 Nestes escalões a organização da competição deve assumir um carácter essencialmente informal	1	3,00	1,474	0,408	2,33	1,155	0,465
	2	2,78	1,166		2,09	0,947	
	3	3,17	1,361		1,97	1,124	
Q.35 Os objectivos de formação e os objectivos da competição devem estar intimamente relacionados	1	3,68	1,345	0,235	4,23	0,752	0,424
	2	3,63	1,218		4,14	0,765	
	3	4,09	1,197		4,37	0,843	

* Diferenças estatisticamente significativas: $p < 0,05$

a = Diferença estatisticamente significativa no Post Hoc - Teste de Scheffé: $p = 0,047$

Dimensão IV – Autonomia na competição

Da análise da figura 10, relativamente às respostas dadas por treinadores que treinam diferentes escalões, quanto à autonomia na competição de atletas de níveis de prática infantis e juvenis, podemos realçar que todos os grupos de treinadores valorizam o desempenho de funções na competição, (função de árbitro, realizar jornais de parede no clube, função de registo do marcador e anotação), para além do papel de jogador.

Em todas as questões a média de respostas dos diferentes grupos de treinadores, independentemente do nível de prática, situa-se no item 3 (indiferença) e 4 (concordância) da escala de Lickert.

Analisando a figura 10 verificamos que a questão que reúne os valores mais elevados é a 36 (o treinador na competição deve ajudar os jogadores a analisar

as situações, mas não prescreve as soluções) com uma média de respostas compreendida entre os 3,63 e os 4,14. A questão que reúne os valores mais baixos é a 29 (no jogo, os jogadores devem-se restringir às orientações do treinador) com uma média de respostas compreendida entre os 2,81 e os 3,25. Sobre a autonomia de decisão na competição, os treinadores dos diversos grupos não se distinguem na apreciação, notando-se uma tendência de reconhecer um espaço de decisão ao jogador sem destituir as orientações e as soluções preconizadas pelo treinador.

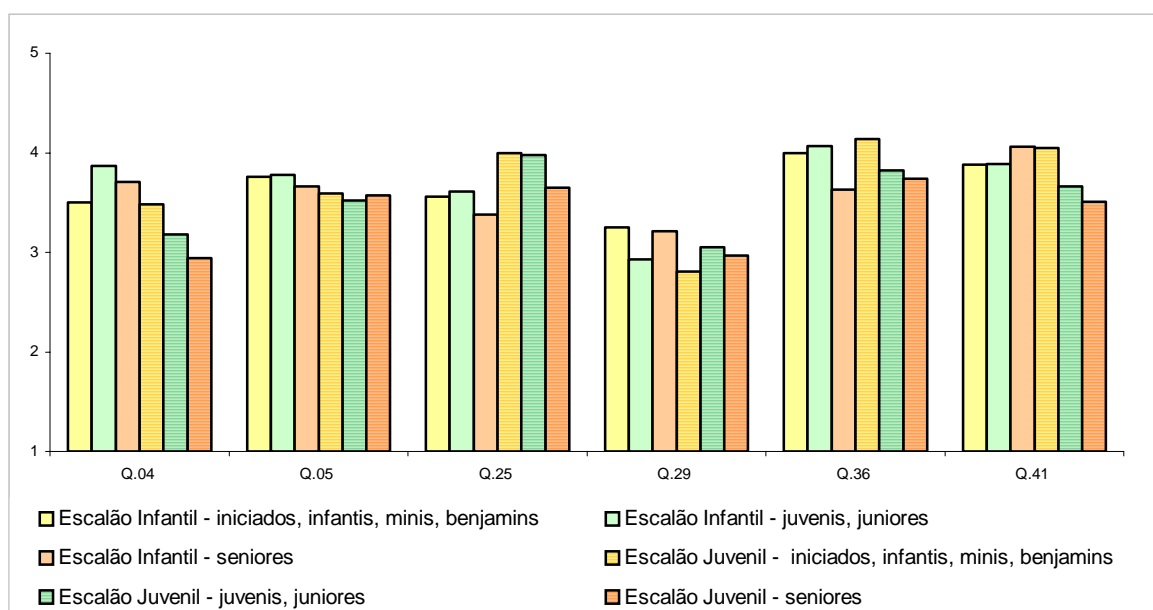


Figura 10: Dimensão IV – Autonomia na Competição por nível de prática infantil e juvenil e escalões que treinam

Pela análise do quadro 10 constatamos que a opinião dos diferentes grupos de treinadores, tanto para o nível de prática infantil como para o nível de prática juvenil, não se distingue no que concerne à Autonomia na Competição, pelo que não se registam diferenças com significado estatístico.

No nível de prática infantil, a média de respostas dos treinadores dos escalões mais baixos é inferior à dos treinadores dos escalões superiores, com excepção da questão 29. No nível de prática juvenil, verifica-se o contrário, pois a média de respostas dos treinadores dos escalões mais baixos é superior à dos treinadores dos escalões superiores, à excepção da questão 29.

Quadro 10: Dimensão IV - Autonomia na Competição por nível de prática infantil e juvenil e escalões que treinam

IV – Autonomia na Competição - Itens -	Escalões que treinam	Nível de prática infantil			Nível de prática juvenil		
		Média	Desvio padrão	P	Média	Desvio padrão	P
Q.04 Na competição os praticantes devem fazer também função de árbitros	1	3,50	1,103	0,472	3,48	1,167	0,327
	2	3,87	1,204		3,18	1,263	
	3	3,71	1,250		2,94	1,392	
Q.05 Na competição os jogadores devem realizar jornais de parede no clube onde destacam a actuação da equipa no comportamento cívico e competitivo	1	3,76	1,234	0,872	3,59	1,054	0,958
	2	3,78	0,987		3,52	0,902	
	3	3,66	1,136		3,57	1,037	
Q.25 Na competição, o treinador deve determinar com detalhe as acções dos jogadores e as soluções para os problemas do jogo	1	3,56	1,356	0,728	4,00	1,195	0,872
	2	3,61	1,164		3,98	1,089	
	3	3,38	1,371		3,85	1,351	
Q.29 No jogo, os jogadores devem-se restringir às orientações do treinador	1	3,25	1,422	0,596	2,81	1,209	0,816
	2	2,93	1,289		3,05	1,329	
	3	3,21	1,647		2,97	1,566	
Q.36 O treinador na competição deve ajudar os jogadores a analisar as situações, mas não prescreve soluções	1	4,00	1,335	0,301	4,14	1,167	0,553
	2	4,07	1,200		3,82	1,369	
	3	3,63	1,457		3,74	1,482	
Q.41 Nestes escalões é importante que os jogadores passem por função de registo do marcador e anotação	1	3,88	1,04	0,746	4,05	0,899	0,213
	2	3,89	1,080		3,66	1,055	
	3	4,06	1,083		3,51	1,292	

Dimensão V – Oportunidade de Competir

Pela análise da figura 11, constatamos que os treinadores, independentemente dos escalões que treinam, atribuem valores muito elevados em todas as questões da dimensão “Oportunidade de Competir”, com uma média de respostas a rondar o valor 4 (concordância).

A única exceção constitui a questão 24 pois a participação conjunta de rapazes e raparigas na competição não recolhe grande simpatia por parte dos treinadores dos diferentes escalões, tanto no nível de prática infantil como no nível de prática juvenil, apesar desta ideia ser mais rejeitada no nível de prática juvenil, com uma média de respostas compreendida entre os 1,46 e os 1,73.

A questão mais valorizada pelos treinadores dos diferentes grupos é a 19 (*é importante que todos os jogadores entrem em campo para jogar*). Nesta questão, no escalão infantil, a média de respostas dos treinadores ronda o valor 5 (máximo acordo) da escala de Lickert, enquanto que no escalão juvenil ronda o valor 3 (indiferença) e o 4 (concordância).

Desta forma, verificamos que os treinadores de ambos os grupos atribuem muita importância à inclusão no desporto infantil e juvenil, apesar desta não ser tão acentuada no nível de prática juvenil.

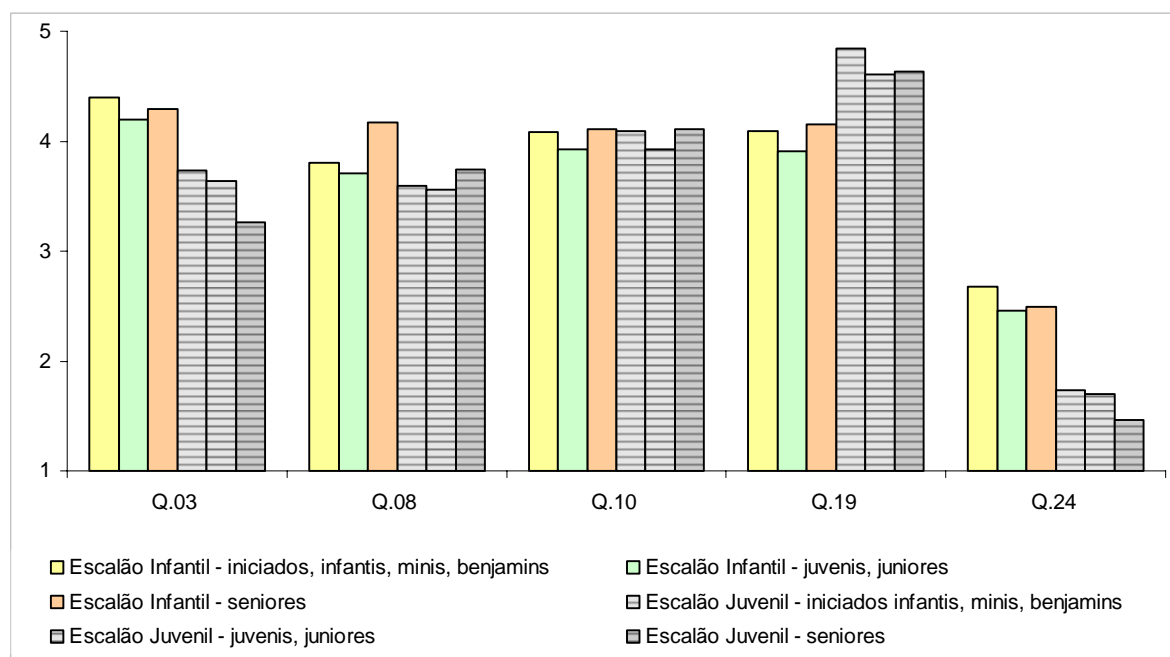


Figura 11: Dimensão V – Oportunidade de Competir por nível de prática infantil e juvenil e escalões que treinam

Pela análise do quadro 11 constatamos que a questão 19 (*é importante que todos os jogadores entrem em campo para jogar*), no nível de prática juvenil, suscita diferentes opiniões nos diferentes grupos de treinadores, pelo que existe uma diferença com significado estatístico nas opiniões dos treinadores dos seniores e dos minis, benjamins, infantis e iniciados, dado que para os

primeiros esta questão merece menor acordo. Assim, nesta questão, a média de respostas dos treinadores do escalão seniores é de 3,20, situando-se no item 3 (indiferença) da escala de Lickert, enquanto que para os treinadores dos escalões mais baixos é de 4,23, situando-se no item 4 (concordância).

Quadro 11: Dimensão V - Oportunidade de Competir por nível de prática infantil e juvenil e escalões que treinam

V – Oportunidade de Competir - Itens -	Escalões que treinam	Nível de prática infantil			Nível de prática juvenil		
		Média	Desvio padrão	P	Média	Desvio padrão	P
Q.03 A classificação na competição não deve conduzir à eliminação das equipas	1	4,40	0,913	0,770	3,73	1,316	0,335
	2	4,20	1,147		3,64	1,259	
	3	4,29	1,274		3,26	1,442	
Q.08 As formas de organização das competições devem ser variadas	1	3,80	0,913	0,106	3,59	0,854	0,749
	2	3,71	0,944		3,56	0,959	
	3	4,17	1,071		3,74	1,238	
Q.10 Os quadros competitivos devem ser organizados de acordo com o nível competitivo das equipas	1	4,08	0,954	0,758	4,09	0,868	0,576
	2	3,93	1,195		3,91	1,087	
	3	4,11	1,207		4,15	1,077	
Q.19 É importante que todos os jogadores entrem em campo para jogar	1	4,84	0,374	0,458	4,23	1,066	0,009*
	2	4,61	0,774		3,75	1,123	
	3	4,63	0,973		3,20^a	1,431	
Q.24 Nestes escalões é fundamental que rapazes e raparigas participem juntos na competição	1	2,68	1,464	0,767	1,73	1,032	0,491
	2	2,48	1,149		1,70	1,112	
	3	2,49	1,292		1,46	0,866	

* Diferenças estatisticamente significativas: $p < 0,05$

a = Diferença estatisticamente significativa no Post Hoc – Teste de Scheffé: $p = 0,008$

Dimensão VI – Organização do Quadro Competitivo

Pela análise da figura 12, verificamos que a questão que apresenta os valores mais elevados é a 13 (*nestes escalões deve existir um número elevado de competições anuais*) pois a média de respostas dos treinadores dos diferentes grupos, tanto para o nível de prática infantil como para o nível de prática juvenil, ronda o item 4 (concordância) e o item 5 (máximo acordo) da escala de Lickert. A questão que apresenta os valores mais baixos é a 20 (*os quadros*

competitivos nestes escalões devem confinar-se a um âmbito regional), tanto para o nível de prática infantil como para o juvenil, em que a média de respostas dos treinadores dos diferentes grupos ronda o item 2 (discordância) e o item 3 (indiferença).

Analisando a figura é possível constatar que no nível de prática juvenil, os treinadores dos diferentes grupos atribuem uma maior importância ao apuramento de um campeão nacional (questão 12) do que no nível de prática infantil.

Para os dois níveis de prática, os treinadores dos escalões mais baixos e dos escalões superiores parecem ser unânimes na opinião de que se deve realizar um elevado número de competições anuais (questão 13) e que estas devem ocorrer aos fins-de-semana ao longo da época (questão 22). No nível de prática juvenil, os treinadores dos diferentes grupos demonstram a sua indiferença quanto à realização concentrada das competições em alguns fins-de-semana (questão 14), apresentando uma média de respostas que ronda o valor 3, enquanto que no nível de prática infantil os treinadores demonstram a sua concordância, apresentando uma média de respostas que ronda o item 4.

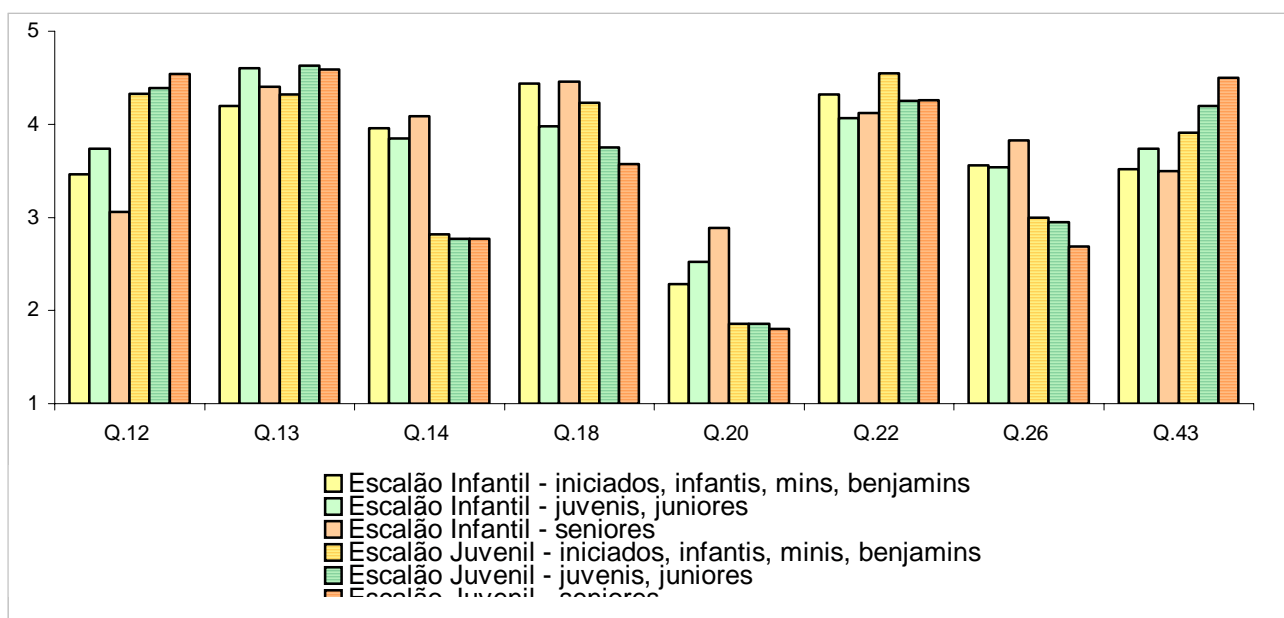


Figura 12: Dimensão VI – Organização do Quadro Competitivo por nível de prática infantil e juvenil e escalões que treinam

Pela análise do quadro 12 verificamos que no nível de prática infantil, na questão 18, existe uma diferença estatisticamente significativa, pois os treinadores dos seniores apresentam uma maior concordância relativamente aos treinadores dos juvenis e juniores quanto ao papel das federações no estabelecimento de normas técnicas, relativas aos conteúdos e processos de organização do jogo para os escalões infantil e juvenil. Assim, apesar de nesta questão a média dos dois grupos de treinadores se situar no item 4 (concordância) da escala de Lickert, a média de respostas dos treinadores dos seniores é superior (4,46) à dos treinadores dos juvenis e juniores (3,98). Na questão 43, no escalão juvenil também existe uma diferença com significado estatístico, pois os treinadores dos seniores demonstram uma maior concordância relativamente à competição nos escalões infantil e juvenil não ser organizada pela estrutura do desporto federado do que os treinadores dos minis, benjamins, infantis e iniciados. Desta forma, a média de respostas dos treinadores dos seniores é superior (4,50) à dos treinadores dos escalões mais baixos (3,91).

Quadro 12: Dimensão VI - Organização do quadro competitivo por nível de prática infantil e juvenil e escalões que treinam

VI – Organização do Quadro Competitivo - Itens -	Escalões que treinam	Nível de prática infantil			Nível de prática juvenil		
		Média	Desvio padrão	P	Média	Desvio padrão	P
Q.12 Nestes escalões faz sentido apurar um campeão nacional	1	3,46	1,382	0,092	4,33	0,966	0,630
	2	3,74	1,273		4,39	0,841	
	3	3,06	1,494		4,54	0,886	
Q.13 Nestes escalões deve existir um número elevado de competições anuais	1	4,20	1,118	0,232	4,32	0,839	0,195
	2	4,60	0,688		4,63	0,578	
	3	4,40	1,090		4,59	0,657	
Q.14 As competições devem ser realizadas de forma concentrada em alguns fins-de-semana, “estilo torneio”	1	3,96	1,060	0,690	2,82	1,053	0,989
	2	3,85	1,229		2,77	1,236	
	3	4,09	1,337		2,77	1,457	
Q.18 As federações devem estabelecer normas técnicas, relativas aos conteúdos e processos de organização do jogo, para estes escalões	1	4,44	0,583	0,040*	4,23	0,869	0,087
	2	3,98	1,085		3,75	1,102	
	3	4,46^a	0,919		3,57	1,195	
Q.20 Os quadros competitivos nestes escalões devem confinar-se a um âmbito regional	1	2,28	1,308	0,250	1,86	0,834	0,953
	2	2,52	1,295		1,86	1,025	
	3	2,89	1,641		1,80	0,994	
Q.22 As competições devem ocorrer aos fins-de-semana, “estilo torneio” ao longo da época	1	4,32	0,988	0,650	4,55	0,671	0,465
	2	4,07	1,124		4,25	0,967	
	3	4,12	1,200		4,26	1,109	
Q.26 As federações e as associações devem condicionar os sistemas de jogo a adoptar nestes escalões	1	3,56	1,261	0,545	3,00	1,345	0,623
	2	3,54	1,149		2,95	1,380	
	3	3,83	1,294		2,69	1,471	
Q.43 A competição nestes escalões não deve ser organizada pela estrutura do desporto federado	1	3,52	1,229	0,630	3,91	0,921	0,024*
	2	3,74	1,063		4,20	0,765	
	3	3,50	1,398		4,50^b	0,707	

* Diferenças estatisticamente significativas: $p < 0,05$

a = Diferença estatisticamente significativa no Post Hoc – Teste de Scheffé: $p = 0,049$

b = Diferença estatisticamente significativa no Post Hoc – Teste de Scheffé: $p = 0,019$

6. CONCLUSÕES

De acordo com os objectivos mencionados, o presente estudo permitiu constatar que os treinadores apresentam preocupações pedagógicas no enquadramento da competição dos escalões de formação – infantil e juvenil - sendo indiscutível a necessidade de se distinguirem os objectivos, métodos e procedimentos, consoante se trata de competição infantil ou juvenil. Os treinadores inquiridos consideram que a competição infantil deverá ser orientada de uma forma mais democrática enquanto que a competição juvenil de uma forma mais meritocrática. No escalão infantil, visto que as crianças se encontram numa fase inicial de formação, é fundamental que adquiram experiências variadas, respeitando um desenvolvimento motor e desportivo consistente. É importante que neste escalão as competições tenham um carácter informal, que a sua classificação não elimine as equipas, que todos tenham oportunidade de entrar em jogo e que se privilegie a participação conjunta de rapazes e raparigas. No escalão juvenil as competições já devem seguir a estrutura do desporto federado e a valorização do resultado imediato assume maior importância pelo facto de neste escalão se iniciar, usualmente, a especialização e o rendimento desportivo começar a assumir maior relevância. É curioso constatar que os treinadores, de acordo com a sua formação académica - com e sem licenciatura - apresentam preocupações algo diversas. Os treinadores com formação académica preocupam-se com a questão do Modelo de Educação no sentido pedagógico, ou seja, preocupam-se com o acesso a práticas mais inclusivas, plurais e com a existência de outro tipo de actividades em simultâneo com a competição. Os treinadores sem formação académica são mais sensíveis a outros valores, considerando mais do que os treinadores com formação académica que os conteúdos e processos de organização do jogo adoptados pelos treinadores favorecem o desenvolvimento da competição desportivo-motora.

Tendo-se por menção os escalões que os treinadores exerceram função nos últimos 5 anos, embora em termos gerais as suas posições não se distingam,

identificam-se algumas dissemelhanças. Os treinadores que treinam escalões mais baixos valorizam mais do que os treinadores dos escalões superiores a Valência Pedagógica da Competição, considerando que na competição o prazer é mais importante que o resultado e discordando mais com a especialização precoce e funcional dos jogadores. Quanto à Organização do Quadro Competitivo, os treinadores que treinam o escalão seniores concordam mais do que os treinadores dos escalões mais baixos que a competição nos níveis de prática infantil e juvenil não seja organizada pela estrutura do desporto federado

Se atendermos aos resultados por dimensão podemos extrair algumas conclusões relevantes para o domínio da prática.

Dimensão I - Adequação das Regras e Materiais do Jogo

Regra geral, os treinadores valorizam a necessidade das regras e materiais do jogo estarem adaptados à idade/nível de desempenho das crianças, revelando uma certa sensibilidade quanto ao escalão. No escalão infantil, os treinadores consideram que há uma menor adaptabilidade das regras e materiais do jogo, sendo isto um contra-senso, pois nestas idades a adequação deveria ser maior. Este aspecto é importante porque muitas vezes a aprendizagem e os progressos na vivência do jogo ficam condicionados pelo facto de nos momentos iniciais da formação desportiva as condições de prática (dimensões do terreno de jogo; altura da rede; tamanho e peso da bola; nº de jogadores em campo; duração das competições; etc.) não estarem adequadas às capacidades dos jogadores.

De referir que no escalão infantil, os treinadores sem formação académica consideram mais do que os treinadores com formação académica que as dimensões do terreno de jogo estão adequadas às capacidades dos jogadores. No escalão juvenil, os treinadores com formação académica concordam mais do que os treinadores sem formação académica que o tamanho e peso da bola estão adequados às capacidades dos jogadores.

De notar que no escalão infantil, os treinadores dos escalões mais baixos consideram que as regras e materiais do jogo estão mais adaptados aos níveis de prática infantil e juvenil do que os treinadores dos escalões superiores, enquanto que no escalão juvenil consideram o contrário.

Dimensão II - Valência Pedagógica da Competição

Os treinadores, em geral, consideram que a actual estrutura de competição reflecte preocupações pedagógicas e vinculativas da prática desportiva a longo prazo, principalmente no escalão de infantis. Isto é preocupante visto que nos momentos iniciais de prática desportiva não é valorizada largamente a Valência Pedagógica da Competição, encontrando-se condições para um efeito negativo da prática desportiva a curto, médio e longo prazo. Na competição infantil, os treinadores inquiridos valorizam a necessidade do prazer ser mais importante que o resultado, da realização de actividades paralelas à competição ser uma constante e da atribuição de prémios a todos os jogadores estar sempre presente.

Relativamente a esta dimensão, no escalão infantil, os treinadores com licenciatura valorizam mais que os treinadores sem licenciatura a atribuição de prémios a todos os jogadores e a existência em simultâneo de outro tipo de actividades com a competição. Neste mesmo escalão, os treinadores sem formação académica demonstram mais a sua indiferença quanto ao facto da estrutura da competição vigente propiciar uma vinculação duradoira à prática. No escalão juvenil, os treinadores sem licenciatura concordam mais com o facto dos conteúdos e processos de organização do jogo adoptados pelos treinadores favorecerem o desenvolvimento da competição desportivo-motora. A posição dos treinadores é distinta em função dos escalões que exerceram função nos últimos 5 anos. Sendo assim, os treinadores dos escalões mais baixos atribuem uma maior importância que os treinadores dos escalões superiores à Valência Pedagógica da Competição. No escalão juvenil, enquanto que os treinadores do escalão seniores revelam a sua indiferença

quanto ao prazer ser mais importante que o resultado na competição, os treinadores dos escalões mais baixos demonstram a sua concordância.

Dimensão III - Objectivos formativos e especialização funcional

Nesta dimensão é evidente a existência de posições distintas dos treinadores em relação aos dois escalões. Consideram que no escalão de infantis não deve existir especialização, mostrando-se indiferentes quanto à sua existência no escalão de juvenis. Tanto no escalão infantil como no escalão juvenil, os treinadores demonstram o seu desacordo quanto ao sistema de classificação e apuramento dos seniores ser válido para estes escalões, apesar desta discordância ser mais elevada no escalão juvenil. Quanto à organização da competição assumir um carácter mais informal, os treinadores evidenciam a sua indiferença no escalão infantil e o seu desacordo no escalão juvenil. A única questão em que os treinadores demonstram a sua concordância, com um valor mais elevado para o escalão de juvenis diz respeito à conjugação dos objectivos de formação e de competição.

Quanto à formação académica dos treinadores, tanto os que têm licenciatura como os que não têm, revelam o seu desacordo relativamente à especialização precoce, expressa no sistema de classificação de provas idêntico aos dos seniores, com um valor mais elevado para o escalão infantil. Esta questão é uma das mais importantes, em virtude de ser frequentemente importado para o treino de jovens os sistemas de classificação de provas dos seniores, quando os objectivos são ou deveriam ser claramente distintos. Quanto à organização da competição assumir um carácter essencialmente informal, os treinadores com formação académica revelam desacordo, enquanto que os sem formação académica demonstram indiferença.

Quando se atende aos escalões que os treinadores exerceram função nos últimos 5 anos, concluímos que os treinadores dos seniores demonstram desacordo e os treinadores dos juvenis e juniores indiferença relativamente ao sistema de classificação dos seniores ser válido para os escalões de formação.

Dimensão IV – Autonomia na competição

Esta dimensão parece-nos subvalorizada pelos treinadores pois assume importância crucial na formação pessoal e social dos praticantes. A aquisição de competências pessoais, como a responsabilização, apenas é possível pela criação de autonomia progressiva na realização das tarefas.

Nesta dimensão, em ambos os escalões, os treinadores situam as suas respostas nos itens 3 (indiferença) e 4 (concordância) da escala de Lickert. Todavia, no escalão de infantis reforçam mais do que no escalão de juvenis a realização da função de árbitros pelos praticantes, pois no nível de prática infantil revelam concordância e no juvenil indiferença. Quanto ao treinador determinar as acções dos jogadores e as soluções para os problemas do jogo, no escalão infantil os treinadores demonstram indiferença e no escalão juvenil concordância.

Quando se atende à formação académica dos treinadores, concluímos que no escalão infantil, os treinadores com licenciatura revelam um valor mais elevado de concordância relativamente aos treinadores sem licenciatura no que diz respeito ao treinador ajudar na competição os jogadores a analisar as situações, mas sem prescrever as soluções.

Tendo em conta os escalões que os treinadores exerceram função nos últimos 5 anos, a opinião dos treinadores é bastante similar pois valorizam o desempenho de actividades para além do jogo (registo do marcador; anotação; realização de jornais de parede no clube; etc.) e reconhecem um espaço de decisão aos jogadores sem destituir as orientações e soluções do treinador.

Dimensão V – Oportunidade de competir

Nesta dimensão e para todas as questões os treinadores valorizam mais a oportunidade de competir no escalão de infantis. A valorização de um sistema de provas que fomenta a participação activa de todos e a adaptação dos quadros competitivos ao nível de desempenho das crianças e jovens é muito

valorizado pelos treinadores, pois revelam concordância em ambos os escalões. Menor relevância é dada à participação conjunta de rapazes e raparigas na competição, pois os treinadores no escalão infantil demonstram indiferença e no escalão juvenil desacordo.

Relativamente à formação académica, tanto os treinadores com licenciatura como os treinadores sem licenciatura dão bastante importância à oportunidade de todos competirem, à adaptabilidade do quadro competitivo às capacidades dos praticantes e à variedade das formas de organização das competições, desvalorizando a participação conjunta de ambos os sexos na competição.

Tendo em conta os escalões que os treinadores treinaram nos últimos 5 anos, os treinadores dos seniores demonstram indiferença e os treinadores dos escalões mais baixos concordância quanto à entrada em campo de todos os jogadores para jogar.

Dimensão VI – Organização do quadro competitivo

A apreciação da organização do quadro competitivo põe em evidência uma clara distinção em vários parâmetros entre a competição infantil e juvenil. Em ambos os escalões, os treinadores revelam concordância no apuramento de um campeão nacional e na organização da competição nos escalões de formação pela estrutura do desporto federado, apresentando um valor mais elevado para o escalão juvenil. As competições serem realizadas de forma concentrada em alguns fins-de-semana e as federações e associações condicionarem os sistemas de jogo a adoptar nos escalões de formação são questões em que os treinadores revelam concordância no escalão infantil e indiferença no escalão juvenil. Face às inúmeras actividades que as crianças têm de responder (tarefas escolares; tempo ocupado com a família e amigos; etc.) é importante não sobrecarregar em idades baixas todos os fins-de-semana com competição, o que é quase sempre o principal motivo de saturação e mesmo de abandono. O estabelecimento pelas federações de normas técnicas, relativas aos conteúdos e processos de organização do jogo

é um aspecto com o qual os treinadores concordam de forma mais marcada no escalão infantil. Este aspecto é extremamente importante pois só através desta uniformização será possível garantir uma formação assente em bases sólidas, onde a garantia de um trabalho de qualidade na iniciação é prescrito pelas entidades responsáveis da modalidade. Quanto à questão dos quadros competitivos se confinarem a um âmbito regional, os treinadores no escalão infantil revelam indiferença e no escalão juvenil demonstram desacordo. O facto de em algumas questões os treinadores revelarem discordância e indiferença demonstra a falta de sensibilidade dos mesmos para as questões ligadas à estrutura competitiva da competição.

Quanto à formação académica, as respostas dadas pelos treinadores são bastante similares não se registando diferenças com significado estatístico. Tanto os treinadores com licenciatura como os treinadores sem licenciatura consideram mais importante realizar competições ao longo da época do que competições concentradas em alguns fins-de-semana. Este aspecto vem de encontro ao que era previsto pois nos calendários competitivos vigentes é usual as crianças e jovens terem competição em todos os fins-de-semana, ao longo da época.

Quando se atende aos escalões que os treinadores exerceram função nos últimos 5 anos, os treinadores de todos os escalões atribuem uma maior concordância ao apuramento de um campeão nacional no nível de prática juvenil do que no nível de prática infantil. Todos os treinadores revelam concordância com a realização de um número elevado de competições anuais, devendo estas ocorrer aos fins-de-semana ao longo da época e demonstram discordância e indiferença pelo facto dos quadros competitivos se confinarem a um âmbito regional. No nível de prática infantil, os treinadores dos seniores revelam maior concordância que os treinadores dos juvenis e juniores relativamente ao papel das federações e associações no estabelecimento de normas técnicas relativas aos conteúdos e processos de organização do jogo para os escalões de formação. Na competição juvenil, os treinadores dos seniores também se distinguem dos juvenis e juniores ao demonstrarem uma

maior concordância relativamente ao facto da competição nos escalões infantil e juvenil não ser organizada pela estrutura do desporto federado.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Adelino, J.; Vieira, J.; Coelho, O. (2000). Treino de jovens: o que todos precisam de saber! 3ªed. CEFD. Lisboa.
- Anderson, L. (1989). Implementing Instructional Programs to Promote Meaningful, Self-Regulated Learning. In: Advances in Research on Teaching. Brophy, J., (Ed). Greenwich. Conneticut: JAI Press inc. Vol.1. Pp. 311-343.
- Andrade, M.G. (1995). Para uma teoria das competições desportivas em crianças e jovens. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física. Universidade do Porto.
- Araújo, J. (1994). Ser treinador. Editorial Caminho, S.A.. Lisboa.
- Bento, J. (1999). Contextos e Perspectivas. In: Contextos da Pedagogia do Desporto. Livros Horizonte. Lisboa. Pp. 96-102.
- Berryman, J. (1982). The rise of highly organized sports for preadolescent boys. In: Children in sport. Smoll, F.; Magill, R.; Ash, M., (Eds), 1982. Human Kinetics Books. Champaign. Illinois. Pp. 3-16.
- Berkowitz, L. (1973). Sports, Competition, and Agression. The Physical Educator. 30. 2. Pp. 59-61.
- Blásquez Sánchez, D. (1986). Iniciación a los deportes de equipo del juego al deporte: de los 6 a los 10 años. Editorial Martínéz. Roca SA. Barcelona.
- Bizzini, L. (1998). Equilibre et déséquilibres du sport chez l'enfant de 6 à 14 ans. In: Un champion à tout prix? Les droits de l'enfant et le sport. Sion: Institut International des Droits de L'Énfant c/ o Institut Universitaire Kurt Bosch.

- Bompa, T. (1995). From childhood to champion athlete. Toronto. Ontario. Veritas.

- Bompa, T. (2000). Total training for young champions. Champaign. Human Kinetics. Illinois.

- Coakley, J. (1986). When should children begin competing? A sociological perspective. In: Sport for children and Youths. The 1984 Olympic Scientific Congress Proceedings. Vol. X. Human Kinetics. Champaign. Illinois. Pp. 59-63

- Coakley, J. (1993). Social dimensions of intensive training and participation in youth sports. In: Intensive participation in children's sports. Cahill, B.; Pearl, A., (Eds), 1993. Human Kinetics Publishers. Champaign. Illinois. Pp. 77-94.

- Corbin, C. S. (2002). Physical activity for everyone: What every physical educator should know about promoting lifelong physical activity. In: Journal of Teaching in Physical Education. Vol. 21 (2). Pp. 128-144.

- Demeter, A. (1981). Sport im Wachstums – und Entwicklungsalter. J.A. Barth, Leipzig.

- Durand, M. (1988), El niño y el deporte. Ediciones Paidós. Barcelona.

- Gilroy, S. (1993). Whose sport is it anyway? Adults and children's sport. In: Coaching children in sport. Lee, M., (Ed), 1993. E&FN Spon. London. Pp. 17-26.

- Godbout, P. (2002). Reflection on innovation and renovation: Authentic assessment and subject matter expertise in physical education. In: AIESEP Newsletter. 72. Pp. 3-11.

- Gomes, P. (1993). A criança e o desporto. Prontidão e competência. In: A Ciência do Desporto, a Cultura e o Homem. Bento, J.; Marques, A., (Eds), 1993. FCDEF – UP. CMP. Porto. Pp. 517-523.

- Gonçalves, C. (1989). O espírito desportivo na formação do jovem praticante. Editorial Ministério da Educação – DGD. Lisboa.

- Gonçalves, C. (1991). A prática desportiva das crianças e dos jovens. Contributos para o seu alcance educativo e formativo. In: As ciências do desporto e a prática desportiva – Desporto na escola, desporto de reeducação e reabilitação. Bento, J.; Marques, A. (Eds), 1991. FCDEF – UP. Porto. Pp. 521-531.

- Gonçalves, C. (1999). O espírito desportivo na formação dos jovens praticantes. In: Seminário Internacional Treino de Jovens: comunicações apresentadas. Centro de Estudos e Formação Desportiva, Secretaria de Estado do Desporto. Lisboa. Pp. 11-122.

- Gonçalves, C. (2003). Constrangimentos na intervenção do treinador de jovens. In: Seminário Internacional de Treino de Jovens: comunicações apresentadas. Centro de Estudos e Formação desportiva, Secretaria de Estado do Desporto. Lisboa. Pp. 75-84.

- Gould, D.; Eklund, R. (1996). Emotional stress and anxiety in the child and adolescent athlete. In: The Child and Adolescent Athlete. Bar-Or, O. (Ed). Blackwell Science. Oxford. Pp. 383-398.

- Graça, A. (2001). Concepções didácticas do ensino do jogo. Paper presented at the I Congresso Ibérico de Baloncesto. Cáceres. Espanha.

- Graça, A.; Mesquita, I. (2002). A investigação sobre o ensino dos jogos desportivos: ensinar e aprender as habilidades básicas do jogo. In: Revista Portuguesa de Ciências do Desporto. Vol. 2, (5). Pp. 67-79.

- Gréhaigne, J.-F.; & Godbout, P. (1995). Tactical Knowledge in Team Sports from a Constructivist and Cognitivist Perspective. In: Quest. Vol. 47 (4). Pp. 490-505.

- Gréhaigne, J.-F.; Godbout, P.; & Bouthier, D. (1999). The Foundations of Tactics and Strategy in Team Sports. In: Journal of Teaching in Physical Education. 18. Pp. 159-174.

- Grosser, M.; Bruggemann, P.; Zintt, F. (1989). Alto rendimiento deportivo - Planificación y desarrollo. Ediciones Martínez Roca, SA. Barcelona.

- Grupe, O. (1987). El niño campeón. Stadium. ano 21. Pp.126.

- Hale, C. (1971). Athletic competition for young children. Unpublished paper. In: Sport and Social Deviancy Conference. State University of New York at Brockport.

- Harre, D. (1982). Principles of Sports Training. Sportverlag. Berlin.

- Haywood, K. (1986). "Modification in youth sport: a rational and some examples in youth basketball". In: Sport for children and youths. The 1984 Olympic Scientific Congress Proceedings. Weiss, M.; Gould, D. (Eds). Vol X. Champaign. Human Kinetics. Illinois. Pp. 179-185.

- Hahn, E. (1982). Kindertraining. Probleme. Trainingstheorie. Praxis. BLV Verlagsgesellschaft, München, Wien, Zürich.

- Kurz, D. (1998). Padagogische Grundlagen des Trainings Studienbrief 4 der Trainerakademie koln. Schorndorf: Hofmann-Verlag.

- Lee, M.; Smith, R. (1993). Making sport fit the children. In: Coaching children in sport. Lee, M., (Ed), 1993. E&FN Spon. London. Pp. 259-272.

- Lee, M. (1999). O desporto para os jovens ou os jovens para o desporto? In: Seminário Internacional Treino de Jovens: Comunicações apresentadas. Centro de Estudos e Formação Desportiva, Secretaria de Estado do Desporto. Lisboa. Pp. 123-144.

- Lima, T. (1981). Alta competição – desporto de dimensões humanas? In: Horizonte. Lisboa.

- Lima, T. (1987a). Competições para jovens. In: Treino desportivo. II série. 6. Pp. 32-39.

- Lima, T. (1987b). Desenvolvimento desportivo e desporto para jovens. In: Horizonte. Vol. IV. 19. Pp. 21-25.

- Lima, T. (1988). A formação desportiva dos jovens. In: Horizonte. Vol. V (25). Pp. 21-26.

- Lima, T. (2000). Competições para jovens. In: O melhor da revista Treino Desportivo. CEFD (Ed). Lisboa. Pp. 235-248.

- Marques, A. (1991). A especialização precoce na preparação desportiva. In: Treino desportivo. 19. Editorial DGD. Lisboa.

- Marques, A. (1993). A periodização do treino em crianças e jovens. Resultados de um estudo nos centros experimentais de treino da Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física da Universidade do Porto. In: A

Ciência do Desporto, a Cultura e o Homem. Bento, J.; Marques, A., (Eds), 1993. FCDEF – UP. CMP. Porto. Pp. 243-258.

- Marques, A. (1997). Repensar o Desporto. In: Horizonte. Vol. XIII. 75. Pp. 3-10.

- Marques, A. (1998). A preparação desportiva de crianças e jovens. O sistema de competições. In: Actividade física: uma abordagem multidimensional. Guedes, O. (org.). João Pessoa: Ideia. Pp. 157-169.

- Marques, A. (1999). Crianças e adolescentes atletas: entre a escola e os centros de treino... entre os centros de treino e a escola! In: Seminário Internacional Treino de Jovens: comunicações apresentadas. Centro de Estudos e Formação Desportiva, Secretaria de Estado do Desporto. Lisboa. Pp.17-30.

- Marques, A. (2000). Sobre as questões da qualidade no treino dos mais jovens. In: Produção do conhecimento no treinamento desportivo: pluralidade e diversidade. Silva, F.M. (org.). João Pessoa. UFPB. Editora Universitária. Pp. 51-59.

- Marques, A.; Oliveira, J. (2002). O treino e a competição dos mais jovens: rendimento versus saúde. In: ESPORTE e actividade física: Interacção entre rendimento e qualidade de vida. Barbanti, V., Amadio, A., Bento, J., Marques, A. (org.). Manole. São Paulo. Pp. 51-78.

- Marques, A. (2004). Um desporto para os mais jovens: questões actuais. In: Os jovens e o desporto: oportunidades e dificuldades. Confederação do Desporto de Portugal. Algés. Pp.9-27.

- Martens, R. (1978). Joy and sadness in children's sports. Human Kinetics Publishers. Champaign. Illinois.

- Martens, R. (1999). Os grandes treinadores são grandes comunicadores e motivadores. In: Seminário Internacional Treino de Jovens: comunicações apresentadas. Centro de Estudos e Formação Desportiva, Secretaria de Estado do Desporto. Lisboa. Pp. 5-16.

- Martin, D. (1991). "Zum Belastungsproblem im Kinder – und Jugendtraining unter besonderen Berücksichtigung von Vielseitigkeit oder Frühspezialisierung". In: 40 Jahre Deutsche Hochschule für Körperkultur Leipzig. Kirchgassner, H. (Ed). Sankt Augustin. Academia Verlag. Pp. 115-123.

- Martin, D.; Carl, K.; Lehnertz, K. (1993). Manuale di teoria dell'allenamento. Società Stampa Sportiva. Roma.

- Matvéiev, L. (1980). La base l'entraînement. Editions Vigot. Paris.

- Matvéiev, L. (1983). Aspects fondamentaux de l'Entraînement. Editions Vigot. Paris.

- Matvéiev, L. (1990). O processo de treino desportivo. Livros Horizonte. Lisboa.

- Matvienko, O.; Brisling, G.; Hunter, D.; Briner, W.; Nyland, J.; Ireland, M. L.; Reeser, J. (2000). National Championship Competition for 10-year-old and under player. Support research and reference document. <http://www.avca.org/sports-med/smpcArticles/10andunderposition.html>.

- Matwejev, L.; Nowikow, A. (1982). Theorie und methodik der körpererziehung. (Band 2). Sportverlag. Berlin.

- Mcpherson, B.; Brown, B. (1982). The structure, processes, and consequences of sport for children. In: Children in sport. Smoll, F.; Magill, R.; Ash, M., (Eds). Human Kinetics Books. Champaign. Illinois.

- Merhautova, J.; Velensky, E. (1982). L'Importance du sport dans le développement de l'enfant (I). Bulletin de la FIEP. Vol. 4 (52). Pp. 35-42.

- Mesquita, I. (1999). Reflexão sobre a reformulação metodológica e competitiva no mini-voleibol. In: O Voleibol. 3. Pp. 15-18.

- Mesquita, I. (2000). Modelação do treino das habilidades técnicas nos jogos desportivos. In: Horizontes e Orbitas no Treino dos Jogos Desportivos. Garganta (Ed). Centro de Estudos dos Jogos Desportivos. FCDEF-UP. Pp. 73-90.

- Mesquita, I. (2002). Pressupostos metodológicos na intervenção do monitor de Gira-Volei. Centro de Estudos e Formação desportiva e Federação Portuguesa de Voleibol.

- Mesquita, I. (2004). Refundar a Cooperação Escola-Clube no Desporto de Crianças e Jovens. In: Desporto para crianças e jovens – Razões e Finalidades. UFRGS Editora. Rio Grande do Sul.

- Mesquita, I., Graça, A., Pereira, F., Cardoso, M. (2005). Relatório científico de projecto de investigação: Modelação da estrutura competitiva nos Jogos desportivos na formação. Projecto Pafid. (Não publicado).

- Mitra, G.; Mogos, A. (1990). O desenvolvimento das qualidades motoras no jovem atleta. Livros Horizonte. Lisboa.

- Nadori, L. (1987). El tiempo de construir. In: Revista de entrenamiento deportivo. 3 (I). Pp. 9-17. Barcelona.

- Neto, C. (1994). A criança e a actividade desportiva. In: Horizonte. Vol. X. 60. Pp. 203-206.

- Platanov, V. (1988). L'Entraînement sportif. Théorie et Méthodologie. Éditions Revue. EPS. Paris.

- Rink, J. (1993). Teaching Physical Education for Learning. 2nd ed. Times Mosby College Publishing. St. Louis.

- Rink, J. (2001). Investigating the assumptions of pedagogy. In: Journal of Teaching in Physical Education. 20. N. ° 2. Pp. 112-128.

- Roberts, G. (1980). Children in competition: A theoretical perspective and recommendations for practice. Motor Skills: Theory Into Practice. 4. Pp. 37-50.

- Rost, K. (1995). "Le gare nello Sport Giovanile". In: SdS/Rivista di Cultura Sportiva. Anno XIV. N. ° 32. CONI. Roma. Pp. 69-73.

- Scanlan, T. (1982). Social evaluation and competition process: a developmental perspective. In: Children in sport. Smoll, F.; Magill, R.; Ash, M., (eds), 1982. Human Kinetics Publishers. Champaign. Illinois.

- Scanlan, T. (1984). Competitive stress in children. In: Sport for children and youths. Weiss, M.; Gould, D., (Eds). 1984. Human Kinetics Publishers. Champaign. Illinois. Pp. 113-118.

- Sheryle, B. D. (1998). Competing conceptions of competition: Implications for physical education. In: European Physical Education Review. 4. N. ° 1. Pp. 5-19.

- Siedentop, D. (1987). The Theory and Practice of Sport Education. In: Myths, Models and Methods in Sport Pedagogy. Pp. 79-86.

- Siedentop, D. (1990). Introduction to Physical Education, Fitness, and Sport. Mountain View: Mayfield Publishing Company.

- Siedentop, D. (1994) Sport Education: Quality PE through positive sport experiences. Champaign. Human Kinetics. Illinois

- Siedentop, D. (1996). Physical education and educational reform: The case of sport education. In: Student learning in physical education. Silverman, S. & Ennis, C. (Eds). Champaign. Human Kinetics. Illinois. Pp. 247-267.

- Sobral, F. (1994). Desporto infanto-juvenil prontidão e talento. Cultura física. Livros Horizonte. Lisboa.

- Sports Medicine and Performance Commission (2000). "Sports medicine and performance commission position statement addressing 10-and-under national championship".
<http://WWW.avca.org/sportsmed/smcpArticles/10andunderposition.html>.2000.

- Temprado, J.-J. (1997). Apprentissage moteur: quelques donnees actuelles. In: Education Physique et Sport. 267. Pp. 20-23.

- ThieB, G. (1991). "Das Nachwuchstraining im Spiegel von 20 Jahren. Fortschritte und Defizite. Leistungssport. V.6 (21). Munster. Deutscher Sportbund. Philippka-Sportverlag. Pp. 12-14.

- ThieB, G. (1995). "Die Ausarbeitung einer Wettkampflehre hat begonnen". Leistungssport. V.1 (25). Munster. Deutscher Sportbund. Philippka-Sportverlag. Pp.5.

- Tschiene, P. (1995). Adaptive aspekte des wettkampfs. Leistungssport. Vol.1 (25). Munster, Deutscher Sportbund, Philippka-Sportverlag. Pp. 16-19.

- Turner, A., & Martinek, T.J. (1995). Teaching of Understanding: a Model for Improving Decision Making During Game Olay. In: Quest. 47(1). Pp. 44-63.

Ulatowski, T. (1975). La Théorie de L'Entraînement Sportif. Comité International Olympique. Lausanne.

- Wachowski, E. (1978). A especialização precoce. In: Treino desportivo. 17/18 (III). Pp. 30-32. Lisboa.

- Weinberg, R.; Tenenbaum, G.; McKenzie, A.; Jackson, S.; Anshel, M.; Grove, R.; Fogarty, G. (2000). Motivation for Youth Participation in Sport and Physical Activity: Relationships to Culture, Self-Reported Activity Levels, and Gender. In: International Journal of Sport Psychology, 31. Pp. 321-346.

- Weineck, J. (1983). Manuel d'entraînement. Editions Vigot. Paris.

- Whitehead, J. (1993). Why children choose to do sport - or stop. In: Coaching children in sport. Lee, M., (Ed), 1993. E&FN Spon. London. Pp. 109-121.

- Weiss, M.; Gould, D. (1986). Sport for children and youths. Human Kinetics Publishers. Champaign, Illinois.

ANEXO 1

**Universidade do Porto
Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física**

Questionário

A estrutura competitiva nos Jogos Desportivos no Desporto de crianças e jovens

Equipa de investigação:

Isabel Mesquita, Amândio Graça, Felismina Pereira, Marcelo Cardoso

O presente questionário pretende recolher dados sobre a estrutura competitiva nos jogos desportivos no desporto de crianças e jovens em Portugal. É garantido o absoluto anonimato e sigilo das suas respostas, no mais estrito cumprimento das leis de protecção de dados pessoais, pelo que o seu nome não figurará no questionário. O tempo aproximado de preenchimento do questionário varia entre 5 a 8 minutos.

INSTRUÇÕES

Adiante encontrará uma lista de afirmações.

Deve expressar o seu grau de acordo ou de desacordo com essas afirmações do seguinte modo:

- ⇒ Se está absolutamente de acordo com a afirmação assinale 5.
- ⇒ Se está absolutamente em desacordo, assinale 1.
- ⇒ Se a afirmação lhe é indiferente, assinale 3.

Note que as suas opiniões podem estar graduadas segundo uma escala como esta:

Máximo Desacordo		Indiferente		Máximo Acordo
1	2	3	4	5

Procure responder a todas as perguntas.

Sugerimos-lhe algumas indicações para tornar mais fácil a sua escolha.

- 1 e 5 são as posições mais extremas e 3 é a posição mais indiferente.
- Reserve as pontuações 1 e 5 para as suas opiniões mais extremas e situe as demais respostas nas pontuações intermédias.
- Depois de ler cada afirmação, tente obedecer ao primeiro impulso e responder de pronto. Não pense demasiado em cada frase.

No questionário irá encontrar afirmações que se referenciam ao desporto infantil e juvenil, considera-se que o desporto infantil engloba idades até aos 14 anos e o desporto juvenil a partir dos 15 anos.

Preencha por favor os seguintes dados pessoais:

Modalidade:Associação:.....

Sexo: Feminino Masculino

Nível do curso de Treinador: 1º nível 2º nível 3º nível 4º nível Nenhum

Anos de experiência como treinador: Licenciatura em educação Física: Sim Não

No período dos últimos 5 anos indique os escalões que treinou

.....
.....
.....

Questões		Max des		Indif		Max acor
01 - Na competição o prazer é mais importante do que o resultado.	Inf juv	1 1	2 2	3 3	4 4	5 5
02 - Os praticantes não devem especializar-se cedo numa modalidade.	Inf juv	1 1	2 2	3 3	4 4	5 5
03 - A classificação na competição não deve conduzir à eliminação das equipas.	Inf juv	1 1	2 2	3 3	4 4	5 5
04 - Na competição os praticantes devem fazer também a função de árbitros.	Inf juv	1 1	2 2	3 3	4 4	5 5
05 - Na competição os jogadores devem realizar jornais de parede no clube onde destacam a actuação da equipa no comportamento cívico e competitivo.	Inf juv	1 1	2 2	3 3	4 4	5 5
06 - Na actual estrutura competitiva a altura da rede/ a altura do cesto/ o tamanho das balizas está adequado ao escalão.	Inf juv	1 1	2 2	3 3	4 4	5 5
07 - A competição não deve conter os aspectos formais de uma competição oficial.	Inf juv	1 1	2 2	3 3	4 4	5 5
08 - As formas de organização das competições devem ser variadas.	Inf juv	1 1	2 2	3 3	4 4	5 5
09 - Nestes escalões não é importante atender à especialização funcional dos jogadores	Inf juv	1 1	2 2	3 3	4 4	5 5
10 - Os quadros competitivos devem ser organizados de acordo com o nível competitivo das equipas.	Inf juv	1 1	2 2	3 3	4 4	5 5
11 - Respeitar o adversário e o árbitro é fundamental.	Inf juv	1 1	2 2	3 3	4 4	5 5
12 - Nestes escalões não faz sentido apurar um campeão nacional.	Inf juv	1 1	2 2	3 3	4 4	5 5
13 - Nestes escalões não deve existir um número elevado de competições anuais.	Inf juv	1 1	2 2	3 3	4 4	5 5
14 - As competições devem ser realizadas de forma concentrada em alguns fins-de-semana, "estilo torneio"	Inf juv	1 1	2 2	3 3	4 4	5 5
15 - A actual competição difunde valores, rituais e conhecimentos que constituem a cultura desportiva da modalidade.	Inf juv	1 1	2 2	3 3	4 4	5 5
16 - As formas actuais de organização da competição. contribuem activamente para uma vinculação duradoira dos praticantes à modalidade.	Inf juv	1 1	2 2	3 3	4 4	5 5
17 - Os conteúdos e processos de organização do jogo adoptados pelos treinadores favorecem o desenvolvimento da competência desportivo-motora de todos os jogadores.	Inf juv	1 1	2 2	3 3	4 4	5 5
18 - As federações devem estabelecer normas técnicas, relativas aos conteúdos e processos de organização do jogo, para estes escalões.	Inf juv	1 1	2 2	3 3	4 4	5 5
19 - É importante que todos os jogadores entrem em campo para jogar.	Inf juv	1 1	2 2	3 3	4 4	5 5
20 - Os quadros competitivos nestes escalões devem	Inf	1	2	3	4	5

confinar-se a um âmbito regional	juv	1	2	3	4	5
21 - Nestes escalões o tamanho e o peso da bola estão adequados às capacidades dos jogadores.	Inf juv	1 1	2 2	3 3	4 4	5 5
22 - As competições devem decorrer aos fins-de-semana ao longo da época.	Inf juv	1 1	2 2	3 3	4 4	5 5
23 - As actuais formas de jogo (número de jogadores em campo) utilizadas nestes escalões ao nível dos praticantes favorecem o desenvolvimento das competências dos jogadores.	Inf juv	1 1	2 2	3 3	4 4	5 5
24 - Nestes escalões é fundamental que rapazes e raparigas participem juntos na competição.	Inf juv	1 1	2 2	3 3	4 4	5 5
25 - Na competição o treinador não deve determinar com detalhe as acções dos jogadores e as soluções para os problemas do jogo.	Inf juv	1 1	2 2	3 3	4 4	5 5
26 - As federações e as associações devem condicionar os sistemas de jogo a adoptar nestes escalões.	Inf juv	1 1	2 2	3 3	4 4	5 5
27 - Os objectivos formativos da competição devem ser privilegiados em detrimento dos objectivos de rendimento nestes escalões.	Inf juv	1 1	2 2	3 3	4 4	5 5
28 - O sistema de classificação e apuramento dos seniores não é válido para estes escalões.	Inf juv	1 1	2 2	3 3	4 4	5 5
29 - No jogo, os jogadores não devem restringir-se às orientações do treinador.	Inf juv	1 1	2 2	3 3	4 4	5 5
30 - Nestes escalões devem ser atribuídos prémios a todos os jogadores, independentemente do resultado.	Inf juv	1 1	2 2	3 3	4 4	5 5
31 - Nestes escalões a organização da competição deve assumir um carácter essencialmente informal.	Inf juv	1 1	2 2	3 3	4 4	5 5
32 - A competição nestes escalões deve ser organizada primordialmente pelo desporto escolar.	Inf juv	1 1	2 2	3 3	4 4	5 5
33 - Nestes escalões a calendarização das competições respeita intervalos equilibrados entre os jogos ao longo da época.	Inf juv	1 1	2 2	3 3	4 4	5 5
34 - É fundamental a articulação da regulamentação da competição entre os diferentes escalões.	Inf juv	1 1	2 2	3 3	4 4	5 5
35 - Os objectivos de formação e os objectivos da competição devem estar intimamente relacionados.	Inf juv	1 1	2 2	3 3	4 4	5 5
36 - O treinador na competição deve ajudar os jogadores a analisar as situações, mas não prescrever as soluções.	Inf juv	1 1	2 2	3 3	4 4	5 5
37 - Nestes escalões as dimensões do terreno de jogo estão adequadas às capacidades dos jogadores.	Inf juv	1 1	2 2	3 3	4 4	5 5
38 - Nestes escalões a duração das competições é apropriada às capacidades dos jogadores.	Inf juv	1 1	2 2	3 3	4 4	5 5
39 - Na escola não é importante que haja competição.	Inf juv	1 1	2 2	3 3	4 4	5 5
40 - Nestes escalões as regras estão ajustadas às necessidades formativas dos jogadores.	Inf juv	1 1	2 2	3 3	4 4	5 5
41 - Nestes escalões é importante que os jogadores	Inf	1	2	3	4	5

passem por funções de registo do marcador e anotação de resultados competitivos.	juv	1	2	3	4	5
42 - Nestes escalões, em simultâneo com a competição, deve existir outro tipo de actividades que envolvam activamente os praticantes.	Inf	1	2	3	4	5
	juv	1	2	3	4	5
43 - A competição nestes escalões não deve ser organizada pela estruturas do desporto federado.	Inf	1	2	3	4	5
	juv	1	2	3	4	5

Obrigado pela sua participação

ANEXO 1

**Universidade do Porto
Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física**

Questionário

A estrutura competitiva nos Jogos Desportivos no Desporto de crianças e jovens

Equipa de investigação:
Isabel Mesquita, Amândio Graça, Felismina Pereira, Marcelo Cardoso

O presente questionário pretende recolher dados sobre a estrutura competitiva nos jogos desportivos no desporto de crianças e jovens em Portugal. É garantido o absoluto anonimato e sigilo das suas respostas, no mais estrito cumprimento das leis de protecção de dados pessoais, pelo que o seu nome não figurará no questionário. O tempo aproximado de preenchimento do questionário varia entre 5 a 8 minutos.

INSTRUÇÕES

Adiante encontrará uma lista de afirmações.

Deve expressar o seu grau de acordo ou de desacordo com essas afirmações do seguinte modo:

- Se está absolutamente de acordo com a afirmação assinale 5.
- Se está absolutamente em desacordo, assinale 1.
- Se a afirmação lhe é indiferente, assinale 3.

Note que as suas opiniões podem estar graduadas segundo uma escala como esta:

Máximo Desacordo		Indiferente		Máximo Acordo
1	2	3	4	5

Procure responder a todas as perguntas.

Sugerimos-lhe algumas indicações para tornar mais fácil a sua escolha.

- 1 e 5 são as posições mais extremas e 3 é a posição mais indiferente.
- Reserve as pontuações 1 e 5 para as suas opiniões mais extremas e situe as demais respostas nas pontuações intermédias.
- Depois de ler cada afirmação, tente obedecer ao primeiro impulso e responder de pronto. Não pense demasiado em cada frase.

No questionário irá encontrar afirmações que se referenciam ao desporto infantil e juvenil, considera-se que o desporto infantil engloba idades até aos 14 anos e o desporto juvenil a partir dos 15 anos.

Preencha por favor os seguintes dados pessoais:

Modalidade:Associação:.....

Sexo: Feminino Masculino

Nível do curso de Treinador: 1º nível 2º nível 3º nível 4º nível Nenhum

Anos de experiência como treinador: Licenciatura em educação Física: Sim Não

No período dos últimos 5 anos indique os escalões que treinou

.....
.....
.....

Questões		Max des		Indif		Max acor
01 - Na competição o prazer é mais importante do que o resultado.	Inf juv	1 1	2 2	3 3	4 4	5 5
02 - Os praticantes não devem especializar-se cedo numa modalidade.	Inf juv	1 1	2 2	3 3	4 4	5 5
03 - A classificação na competição não deve conduzir à eliminação das equipas.	Inf juv	1 1	2 2	3 3	4 4	5 5
04 - Na competição os praticantes devem fazer também a função de árbitros.	Inf juv	1 1	2 2	3 3	4 4	5 5
05 - Na competição os jogadores devem realizar jornais de parede no clube onde destacam a actuação da equipa no comportamento cívico e competitivo.	Inf juv	1 1	2 2	3 3	4 4	5 5
06 - Na actual estrutura competitiva a altura da rede/ a altura do cesto/ o tamanho das balizas está adequado ao escalão.	Inf juv	1 1	2 2	3 3	4 4	5 5
07 - A competição não deve conter os aspectos formais de uma competição oficial.	Inf juv	1 1	2 2	3 3	4 4	5 5
08 - As formas de organização das competições devem ser variadas.	Inf juv	1 1	2 2	3 3	4 4	5 5
09 - Nestes escalões não é importante atender à especialização funcional dos jogadores	Inf juv	1 1	2 2	3 3	4 4	5 5
10 - Os quadros competitivos devem ser organizados de acordo com o nível competitivo das equipas.	Inf juv	1 1	2 2	3 3	4 4	5 5
11 - Respeitar o adversário e o árbitro é fundamental.	Inf juv	1 1	2 2	3 3	4 4	5 5
12 - Nestes escalões não faz sentido apurar um campeão nacional.	Inf juv	1 1	2 2	3 3	4 4	5 5
13 - Nestes escalões não deve existir um número elevado de competições anuais.	Inf juv	1 1	2 2	3 3	4 4	5 5
14 - As competições devem ser realizadas de forma concentrada em alguns fins-de-semana, "estilo torneio"	Inf juv	1 1	2 2	3 3	4 4	5 5
15 - A actual competição difunde valores, rituais e conhecimentos que constituem a cultura desportiva da modalidade.	Inf juv	1 1	2 2	3 3	4 4	5 5
16 - As formas actuais de organização da competição. contribuem activamente para uma vinculação duradoira dos praticantes à modalidade.	Inf juv	1 1	2 2	3 3	4 4	5 5
17 - Os conteúdos e processos de organização do jogo adoptados pelos treinadores favorecem o desenvolvimento da competência desportivo-motora de todos os jogadores.	Inf juv	1 1	2 2	3 3	4 4	5 5
18 - As federações devem estabelecer normas técnicas, relativas aos conteúdos e processos de organização do jogo, para estes escalões.	Inf juv	1 1	2 2	3 3	4 4	5 5
19 - É importante que todos os jogadores entrem em campo para jogar.	Inf juv	1 1	2 2	3 3	4 4	5 5
20 - Os quadros competitivos nestes escalões devem confinar-se a um âmbito regional	Inf juv	1 1	2 2	3 3	4 4	5 5

21 - Nestes escalões o tamanho e o peso da bola estão adequados às capacidades dos jogadores.	Inf juv	1 1	2 2	3 3	4 4	5 5
22 - As competições devem decorrer aos fins-de-semana ao longo da época.	Inf juv	1 1	2 2	3 3	4 4	5 5
23 - As actuais formas de jogo (número de jogadores em campo) utilizadas nestes escalões ao nível dos praticantes favorecem o desenvolvimento das competências dos jogadores.	Inf juv	1 1	2 2	3 3	4 4	5 5
24 - Nestes escalões é fundamental que rapazes e raparigas participem juntos na competição.	Inf juv	1 1	2 2	3 3	4 4	5 5
25 - Na competição o treinador não deve determinar com detalhe as acções dos jogadores e as soluções para os problemas do jogo.	Inf juv	1 1	2 2	3 3	4 4	5 5
26 - As federações e as associações devem condicionar os sistemas de jogo a adoptar nestes escalões.	Inf juv	1 1	2 2	3 3	4 4	5 5
27 - Os objectivos formativos da competição devem ser privilegiados em detrimento dos objectivos de rendimento nestes escalões.	Inf juv	1 1	2 2	3 3	4 4	5 5
28 - O sistema de classificação e apuramento dos seniores não é válido para estes escalões.	Inf juv	1 1	2 2	3 3	4 4	5 5
29 - No jogo, os jogadores não devem restringir-se às orientações do treinador.	Inf juv	1 1	2 2	3 3	4 4	5 5
30 - Nestes escalões devem ser atribuídos prémios a todos os jogadores, independentemente do resultado.	Inf juv	1 1	2 2	3 3	4 4	5 5
31 - Nestes escalões a organização da competição deve assumir um carácter essencialmente informal.	Inf juv	1 1	2 2	3 3	4 4	5 5
32 - A competição nestes escalões deve ser organizada primordialmente pelo desporto escolar.	Inf juv	1 1	2 2	3 3	4 4	5 5
33 - Nestes escalões a calendarização das competições respeita intervalos equilibrados entre os jogos ao longo da época.	Inf juv	1 1	2 2	3 3	4 4	5 5
34 - É fundamental a articulação da regulamentação da competição entre os diferentes escalões.	Inf juv	1 1	2 2	3 3	4 4	5 5
35 - Os objectivos de formação e os objectivos da competição devem estar intimamente relacionados.	Inf juv	1 1	2 2	3 3	4 4	5 5
36 - O treinador na competição deve ajudar os jogadores a analisar as situações, mas não prescrever as soluções.	Inf juv	1 1	2 2	3 3	4 4	5 5
37 - Nestes escalões as dimensões do terreno de jogo estão adequadas às capacidades dos jogadores.	Inf juv	1 1	2 2	3 3	4 4	5 5
38 - Nestes escalões a duração das competições é apropriada às capacidades dos jogadores.	Inf juv	1 1	2 2	3 3	4 4	5 5
39 - Na escola não é importante que haja competição.	Inf juv	1 1	2 2	3 3	4 4	5 5
40 - Nestes escalões as regras estão ajustadas às necessidades formativas dos jogadores.	Inf juv	1 1	2 2	3 3	4 4	5 5
41 - Nestes escalões é importante que os jogadores passem por funções de registo do marcador e anotação de resultados competitivos.	Inf juv	1 1	2 2	3 3	4 4	5 5
42 - Nestes escalões, em simultâneo com a	Inf	1	2	3	4	5

competição, deve existir outro tipo de actividades que envolvam activamente os praticantes.	juv	1	2	3	4	5
43 - A competição nestes escalões não deve ser organizada pela estruturas do desporto federado.	Inf	1	2	3	4	5
	juv	1	2	3	4	5

Obrigado pela sua participação